

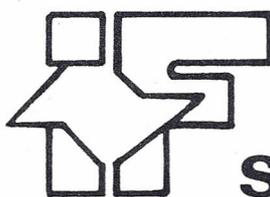


SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL

INSTITUTO FLORESTAL

# TERRITORIALIDADES EM LUTA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ECOLÓGICOS



**Série Registros**

IF Ser. Reg.	S. Paulo	n. 9	p. 1 - 56	dez. 1991
--------------	----------	------	-----------	-----------

**DIRETOR GERAL**

José Luiz Timoni

**COMISSÃO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD**

Onildo Barbosa  
Osmar Corrêa de Negreiros  
Alcebíades Custódio Filho  
Cybele de Souza Machado Crestana  
Eduardo Amaral Batista  
Elvira Neves Domingues  
José Eduardo de Arruda Bertoni  
Marilda Rapp de Eston  
Ida Helena del Cali  
Ignez Aparecida Ferreira  
Waldir Joel de Andrade

**PUBLICAÇÃO IRREGULAR/IRREGULAR PUBLICATION**

**SOLICITA-SE PERMUTA**

**EXCHANGE DESIRED**

**ON DEMANDE L' ÉCHANGE**

Biblioteca do  
Instituto Florestal  
Caixa Postal 1.322  
01059-970 São Paulo, SP  
Brasil  
Telex: (011) 22877 SAGR BR  
Fone: (011) 952-8555  
Fax: (011) 204-8067

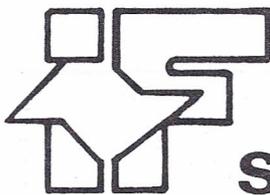


SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL

INSTITUTO FLORESTAL

# TERRITORIALIDADES EM LUTA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ECOLÓGICOS



**Série Registros**

IF	Ser. Reg.	S. Paulo	n. 9	p. 1 - 56	dez. 1991
----	-----------	----------	------	-----------	-----------

**COMISSÃO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD**

Onildo Barbosa  
Osmar Corrêa de Negreiros  
Alcebíades Custódio Filho  
Cybele de Souza Machado Crestana  
Eduardo Amaral Batista  
Elvira Neves Domingues  
José Eduardo de Arruda Bertoni  
Marilda Rapp de Eston  
Ida Helena del Cali  
Ignez Aparecida Ferreira  
Waldir Joel de Andrade

**APOIO/SUPPORT**

João Roberto Teodoro  
Yara Cristina Marcondes

**SOLICITA-SE PERMUTA/EXCHANGE DESIRED/ON DEMANDE L' ÉCHANGE**

Biblioteca do Instituto Florestal  
Caixa Postal 1.322  
01059-970 São Paulo-SP  
Brasil  
Telex: (011) 22877 SAGR BR  
Fax: (011) 204-8067  
Fone: (011) 952-8555

**PUBLICAÇÃO IRREGULAR/IRREGULAR PUBLICATION**

IF SÉRIE REGISTROS  
São Paulo, Instituto Florestal.

1989, (1-2)  
1990, (3-4)  
1991, (5-9)

SUMÁRIO/CONTENTS

RESUMO .....	1
RESUMÉ .....	1
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 - SUBSÍDIOS TEÓRICOS .....	4
1 CONCEPÇÃO DE DISCURSO E ANÁLISE DO PODER EM FOUCAULT .....	4
2 PRODUÇÃO DESEJANTE E TERRITORIALIDADE EM DELEUZE E GUATTARI .....	14
3 EMERGÊNCIA, PRODUÇÃO DE VALORES E AGENCIAMENTOS: PERCURSO METODOLÓGICO .....	18
CAPÍTULO 2 - O DISCURSO ECOLÓGICO OFICIAL .....	19
1 ANOS 70: O DEBATE ECOLÓGICO E SUAS PERSPECTIVAS .....	19
2 A EMERGÊNCIA DO DISCURSO ECOLÓGICO OFICIAL .....	21
3 DO DESENVOLVIMENTISMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	25
4 SOB A REGÊNCIA DAS ABSTRAÇÕES .....	27
5 A DEFESA DA VIDA: UM ENUNCIADO TÁTICO .....	28
6 O BIO-PODER E A PRODUÇÃO DO TERROR .....	29
7 TBILISI: UM PROJETO EDUCATIVO .....	32
CAPÍTULO 3 - O DISCURSO ECOLÓGICO ALTERNATIVO .....	35
1 O MOVIMENTO ECOLÓGICO E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	35
2 MOVIMENTO ECOLÓGICO: LIMITES E POSSIBILIDADES .....	37
3 O DISCURSO ECOLÓGICO ALTERNATIVO E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA.....	41
4 AS TERRITORIALIDADES EM LUTA E A EDUCAÇÃO .....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
1 ENTRE O OFICIAL E O ALTERNATIVO: POSSÍVEIS CONVERGÊNCIAS E PROVÁVEIS DIVERGÊNCIAS .....	49

2 DISCURSO ECOLÓGICO ALTERNATIVO: A REVOLUÇÃO REVERENTE .....	52
AGRADECIMENTOS .....	53
BIBLIOGRAFIA .....	54

"A cada luta, a gente vai avaliando.  
A cada movimento, a cada resistência  
a gente vai aprendendo. Isto é,  
ao mesmo tempo, uma escola de luta.  
A gente vai passando por ela no dia a dia,  
sabendo que existem conseqüências futuras.  
Sabendo que qualquer um de nós,  
a qualquer hora, pode receber uma bala".

**Chico Mendes**



## TERRITORIALIDADES EM LUTA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ECOLÓGICOS\*

Isabel Cristina Moura CARVALHO\*\*

### RESUMO

Destacamos duas matrizes discursivas que interpretam o acontecimento ecológico: o discurso ecológico oficial e o discurso ecológico alternativo. O primeiro é aquele enunciado pelas instituições governamentais e intergovernamentais. Opera dentro dos limites do pensamento liberal, propondo estratégias ecológicas compatíveis com o desenvolvimento industrial capitalista. O segundo está ligado ao setores do movimento ecológico que empreendem uma crítica radical ao modo de produção capitalista, à cultura urbano-industrial, e à razão ocidental. Aponta soluções baseadas em modos não predatórios de produção, bem como numa outra ética das relações entre os homens. Constitui-se no contexto dos chamados novos movimentos sociais e produz, através de uma prática política diferenciada, novos valores e novos sujeitos sociais. Esses discursos lutam, de seus lugares antagônicos, por territórios de significação, disputando a hegemonia da interpretação do acontecimento ecológico.

### RESUMÉ

Nous avons fait ressortir deux "matrices discursives" dans les diverses interprétations du fait écologique: d'une part le discours écologique officiel, et d'autre part le discours écologique alternatif. Le premier concerne les énonciations des institutions gouvernementales et intergouvernementales. Il oeuvre dans les limites de la pensée libérale, en proposant des stratégies écologiques compatibles avec le développement capitaliste. Le deuxième est lié aux secteurs du mouvement écologique qui dressent une critique radicale du mode de production capitaliste, de la culture urbano-industrielle et de la rationalité occidentale. Il propose des solutions fondées sur les modes non-dévastateurs de production, ainsi que sur une autre éthique pour les rapports entre les hommes. Ce dernier est élaboré à l'intérieur des nouveaux mouvements sociaux, au moyen d'une pratique politique différenciée fait naître de nouvelles valeurs et de nouveaux acteurs sociaux. Dès leurs places antagoniques, ces deux sortes de discours luttent pour des champs de signification, dans le but de conquérir l'hégémonie de l'interprétation du fait écologique.

### INTRODUÇÃO

As questões ecológicas vêm assumindo nos últimos anos, um papel cada vez mais destacado, entre as grandes preocupações do mundo contemporâneo. Não é casual que conste atualmente como um item relevante na pauta de negociações entre os países. A crise do meio ambiente denuncia o esgotamento deste modelo de civilização, e torna a ecologia um ponto por onde devem passar necessariamente a rearticulação ou a manutenção da ordem internacional. Para onde quer que oscile o pêndulo ideológico, a ecologia tende a se tornar um campo estratégico.

(\*) Aceito para publicação em outubro de 1991.

(\*\*) Instituto de Estudos Avançados em Educação - Departamento de Psicologia da Educação - Fundação Getúlio Vargas - Praia de Botafogo  
184/186, Caixa Postal 9.052, CEP 20.000 Rio de Janeiro - RJ.

Basta lembrarmos, a título de exemplo, que os países do 1º Mundo, onde se concentra 25 % da população mundial, consomem 70 % dos recursos naturais do planeta; para termos a medida das desigualdades e sua face ecológica.<sup>1</sup> A necessidade de uma reorientação da indústria e da economia, coloca toda essa ordem em questão. A crise ecológica atinge o centro nervoso deste modo de produção que, tendo apostado nas infinitas possibilidades da ciência e da tecnologia, nunca considerou seriamente a finitude de sua matéria prima mais básica.

A promessa de triunfo sobre as forças naturais, através da instalação de uma racionalidade antropocêntrica no controle do meio ambiente, fica abalada pelos efeitos desastrosos dessa intervenção. Do mesmo modo, a fome, a miséria que o desenvolvimento econômico iria erradicar, aumentam ainda mais com a concentração da riqueza, e a produção de grandes contingentes de excluídos.

Nesse contexto, as lutas ecológicas têm explicitado um importante confronto de forças, e com isso influenciado em diferentes graus, várias sociedades. A militância ecológica, seja enquanto partido ou movimento social não partidário, traz à cena novos atores, outras formas de se fazer política, e a problematização da cultura urbano-industrial.

No entanto, apesar de toda essa efervescência, há pouca teorização sobre o fenômeno ecológico, em seus aspectos sociais, políticos e históricos. As produções são em geral recentes, e se encontram dispersas. Devemos considerar, ainda, uma outra dificuldade, que explica em parte a primeira. Sendo a problemática ecológica um acontecimento emergente, torna-se difícil refletir teoricamente sobre toda sua extensão. Não há ainda um distanciamento histórico que permita uma avaliação mais ampla de seu significado, seus efeitos e desdobramentos. É nessa abordagem, sempre relativa, a partir do engajamento e da contemporaneidade dos acontecimentos, que se dão as análises atuais. Somente considerando esse limite podemos dimensionar nosso estudo dentro da provisoriedade que lhe cabe. Muitos caminhos ainda estão em aberto, ou não foram trilhados suficientemente, para que arrisquemos prognósticos ou avaliações conclusivas. Podemos apenas, basear-nos sobre conjunturas dinâmicas e dados da história recente, para apontarmos algumas tendências. E, se isso dá a medida da dificuldade e da precariedade da análise, também aponta para a urgência em se investir no estudo dessas questões.

O meu interesse por esse tema nasceu da experiência como técnica em educação ambiental. Função que exerci em áreas florestais e botânicas ligadas ao poder público, estadual e federal. Nesta ocasião tive contato, principalmente, com o discurso institucional - documentos internacionais e políticas governamentais, que regulam direta ou indiretamente essa prática - , e o discurso dos técnicos, através dos grupos de trabalho, encontros, congressos, etc. Essas falas, por sua vez, somam-se a diversas outras, como a dos movimentos e grupos ecológicos, partidos ambientalistas, movimentos pacifistas, e finalmente, a voz da *mídia*. Participei assim, da constituição de um certo universo discursivo, que se pretendia genericamente "ecológico". Entretanto, este parecia caracterizar-se mais pela dissolução das diferenças, do que pelo favorecimento do debate entre elas.

Foi a partir da necessidade de romper essa fala generalizante, que me propus a destacar e analisar alguns dos discursos sobre ecologia e meio ambiente. Espero com isto contribuir para o enriquecimento das discussões, oferecendo instrumentos que possibilitem uma escuta mais rigorosa desta espécie de "senso comum ecológico" - que a todos iguala numa aparente afinidade, quando abriga perspectivas diversas e mesmo antagônicas. Gostaria, ainda, que esse trabalho servisse especialmente aqueles que atuam no campo das práticas ecológicas, como a educação ambiental, propiciando maior clareza acerca dos valores contidos nos discursos que estão produzindo as questões ecológicas.

---

(1) Dado divulgado por Fernando Gabeira, em conferência sobre "Meio ambiente e os anos 90". Rio de Janeiro, Universidade Santa Úrsula - 07.06.89.

Entendo que esse tipo de análise reforça a ruptura com as falsas alianças, sustentadas pelas generalizações, e favorece a emergência das diferenças, dos antagonismos. Só desta maneira é possível tomar partido, assumir posturas e convicções, que não se restringem a escolhas de procedimentos técnicos e metodológicos, para uma ação pragmática. Da manutenção do dispositivo homogeneizador, decorre a opacidade da crítica sobre as questões ambientais, e o aborto das práticas possíveis, que surgiriam, imprevistas, desse confronto. O não aprofundamento da diversidade, muitas vezes irreconciliável, que permeia esse campo, serve como um anteparo às novas experiências, à definição de outras tendências, e ao vislumbre de novas formas de se reconhecer como profissional dessa área.

Para guiar nossa análise, escolhemos basear-nos principalmente nas concepções teóricas de Foucault. Também recorreremos a autores como Nietzsche, Deleuze e Guattari, cujo pensamento pode ser articulado ao de Foucault. Seja como fundamento, no caso de Nietzsche, ou na qualidade de agenciamentos importantes, que abrem novas visibilidades no tratamento de nossa questão.

A leitura que fizemos dos discursos ecológicos não se aproxima do método lingüístico.<sup>2</sup> Recorreremos à uma análise que parte do texto, de sua escritura, tomando-o pela positividade do que afirma, e pelos efeitos que produz. Entendemos por efeitos uma produção a nível do sentido e da realidade. Isto é, não destacamos esses dois níveis como descontínuos. Acatamos, portanto, a continuidade entre práticas sociais e práticas discursivas proposta por Foucault. Para o autor o discurso deve ser tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais. Nesta orientação, que busca superar as dualidades idealistas como causa/efeito, essência/aparência, é contestada também a suposição de um "substrato" do discurso. Nesse sentido, não há segredo a ser revelado sob o disfarce dos enunciados. Tudo está dito. O que não significa transparência ou evidência. Foucault admite intenções, interesses e valores, que não são explicitamente confessados. O que contesta é a localização de um "segredo" num outro nível, anterior ao discurso. Dessa forma, nossa análise incidirá sobre a efetividade dos discursos ecológicos, sua positividade, aquilo que afirmam, desde dentro das relações de poder em que estão inseridos.

Sem a pretensão de esgotar toda a diversidade das falas ecológicas, centramos nossa investigação sobre dois discursos, que julgamos resumirem as principais matrizes de interpretação do acontecimento ecológico. Denominamo-os discurso ecológico oficial e discurso ecológico alternativo. O primeiro é aquele produzido pelas instituições governamentais nacionais e internacionais, cujo desejo é o de regular as práticas ecológicas, através de dispositivos disciplinares. Procura equacionar preservação ambiental e qualidade de vida com o desenvolvimento industrial, dentro dos moldes capitalistas. O segundo veicula o desejo de ruptura com as normas que instituem o modo de vida, na sociedade moderna. Questiona as bases desse sistema, e investe na construção de uma outra ordem social. Situa-se em oposição às formas de relação com o meio ambiente, engendradas pelo capitalismo industrial. Esses discursos se antagonizam, numa disputa de territórios de afirmação. Lutam pela significação do acontecimento ecológico.

Além de desfazer a coesão generalizante que o adjetivo "ecológico" abriga, interessa-nos, principalmente, investigar sobre esses discursos, suas diferenças e possíveis pontos de contato. Gostaríamos de descrever os agenciamentos, a partir dos quais investem a produção de um saber e um poder específicos. Nas suas interpretações do acontecimento ecológico, queremos discutir que posições subjetivas estão sendo aí esboçadas. Afinal, qual é o olhar proposto em cada um deles para que se vislumbre o problema ecológico? E, finalmente, qual o lugar da educação nesses discursos, como a prática educativa é delineada, o que se espera dela e como se viabiliza nessas duas estratégias.

(2) Nos referimos aqui ao método de análise do discurso proposto a partir da lingüística. Ver sobre isso os trabalhos de Orlandi, E.P. *Análise de discurso; algumas observações*. In: *Delta*, São Paulo, PUC, 1986; e *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. Campinas, Pontes, 2a. ed., 1987.

## CAPÍTULO 1 SUBSÍDIOS TEÓRICOS

Em nossa análise dos discursos ecológicos, temos como principal referência teórica as concepções de Foucault. Consideramos importante recorrer ainda a alguns conceitos trazidos por Deleuze e Guattari, a fim de ampliar nossa discussão. Não temos a intenção de traçar aqui o método foucaultiano no sentido tradicional do termo - estrutura conceitual global, acabada, e aplicável com rigor a determinadas situações de análise. O próprio autor recusa-se a organizar um método, ressaltando sempre o caráter provisório e inacabado de suas hipóteses. Vamos trabalhar, portanto, sobre aquelas contribuições teórico-metodológicas que julgamos relevantes para a nossa análise, sem, no entanto, atribuir a esse conjunto de subsídios, o *status* de método científico.

### 1 CONCEPÇÃO DE DISCURSO E ANÁLISE DO PODER EM FOUCAULT

Consideramos necessário situar primeiramente a noção de discurso nesta abordagem. Para tanto, é fundamental destacar seu rompimento com a categoria de representação. Aqui o domínio dos signos coincide com a realidade, não sendo mais possível qualificá-lo como uma expressão simbólica, ou um substitutivo do real "natural". A linguagem como representação, e a noção de cultura que daí resulta - acima do mundo físico, animal, natural - , é contestada por Nietzsche, que vê nesse movimento uma vontade de poder. Uma vontade niilista que quer obter como efeito a desmaterialização do mundo e o aprisionamento da vida no universo morno das representações. Sob essa concepção de cultura como produção superior, redentora do bárbaro, do animal, e do selvagem, Nietzsche denuncia o ideal ascético - que se origina "no instinto profilático de uma vida que se degenera".<sup>1</sup> Quando se refere à formação dos conceitos o autor retoma essa crítica:

"(...) coloca agora o homem seu agir 'racional' sob a regência das abstrações, não suporta mais ser arrastado pelas impressões súbitas, pelas intuições, universaliza antes todas essas impressões em conceitos mais descoloridos, mais frios, para atrelar a eles o carro de seu viver e agir. Tudo o que destaca o homem do animal depende dessa aptidão em liquefazer a metáfora intuitiva em esquema, portanto de dissolver uma imagem em conceito".<sup>2</sup>

Nesta perspectiva o signo não é uma substituição, é a própria "coisa" dominada por uma força. Como afirma Deleuze, "a coisa não é neutra e se acha mais ou menos em afinidade com a força que se apodera dela atualmente".<sup>3</sup> Nesse sentido, "não existe possível nem virtual no campo dos enunciados, tudo aí é real e toda realidade está aí manifesta".<sup>4</sup> Assim, não se distingue o fato de sua significação. Nem tampouco se sustenta a divisão entre uma instância objetiva e material dos fatos, ou das rela-

(1) Nietzsche, F. Genealogia da moral. Lisboa, Guimarães e Editores, 4a. ed., 1983. p. 117.

(2) Nietzsche, F. Sobre a verdade e a mentira. In: Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 2a. ed. 1978. p. 49.

(3) Deleuze, G. Nietzsche e a filosofia. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1a. ed, 1976. p. 4.

(4) Deleuze, G. Foucault. Lisboa, Vega, s/d. p. 21.

ções econômicas; e uma outra subjetiva e imaterial das idéias, representações, ou ainda das ideologias. O fato é já uma interpretação, pois nunca é neutro ou desprovido de uma vontade de poder. Portanto, a pergunta metafísica - **O que é** (... a verdade, o justo, etc.), já não cabe. É preciso indagar agora - considerando uma determinada coisa - "quais as forças que dela se apoderam? Qual é a vontade que a possui? Quem se exprime, se manifesta e mesmo se oculta nela?"<sup>5</sup> Interpretar não significa então traduzir para novos códigos, mas imprimir uma direção, produzir real. E a realidade não é outra coisa que o fluxo de múltiplas interpretações.

Do mesmo modo que Nietzsche recusa a interpretação como desvelamento de uma verdade, que seria essencial à coisa interpretada; recusa a pesquisa sobre a origem, de caráter metafísico, para propor uma genealogia. Ora, se não há a coisa em si, com uma identidade preservada através dos tempos, qual seria o objeto da pesquisa genealógica? Nietzsche responde a isso relacionando interpretação e dominação. Refere-se à interpretação como uma "vontade poderosa que subjogou outra coisa menos potente e lhe imprimiu uma finalidade".<sup>6</sup> Vemos assim, que tudo se passa no campo das lutas de força, e que as coisas não são absolutas, mas ganham uma existência singular de acordo com as forças que as constituem.<sup>7</sup> Portanto, são mutáveis, dispersas, sempre suspensas na tensão da emergência<sup>8</sup> de uma combinação de forças. Nesse sentido, segundo Foucault, "o genealogista não se apóia em nenhum absoluto, deve ter apenas a acuidade de um olhar que distingue, reparte, dispersa, deixa operar as separações e as margens".<sup>9</sup>

A genealogia avança da interpretação à avaliação. Isto é, para além de detectar a combinação de forças que determina seu objeto de análise, quer chegar aos valores que estão em jogo. Deleuze comenta que para Nietzsche, "o valor de alguma coisa é a hierarquia das forças que se exprimem na coisa enquanto fenômeno complexo".<sup>10</sup> E esclarece sobre o conceito de genealogia, definindo-o ao mesmo tempo como o valor da origem e a origem dos valores: "genealogia se opõe ao caráter absoluto dos valores tanto quanto a seu caráter relativo e utilitário. Significa o elemento diferencial dos valores do qual decorre o valor destes".<sup>11</sup> Esta filosofia dos valores ou filosofia crítica, pretendida por Nietzsche, realiza o sentido da crítica ativa tal como ele a concebe. Isto é, incidindo sobre o valor dos valores, como uma ação original, também produtora de valores.

(5) Deleuze, G. Nietzsche e a filosofia p. 63.

(6) Nietzsche, F. A genealogia da moral Lisboa, Guimarães e Cia., 1983. p. 70-71.

(7) Deleuze afirma que para Nietzsche "o sentido de uma coisa é a relação desta coisa com a força que se apodera dela". Deleuze, G. Nietzsche e a filosofia p. 6.

(8) Para Foucault a emergência se produz em determinado estado de forças, e a análise deve mostrar seu "jogo, a maneira como lutam umas contra as outras, ou seu combate frente as circunstâncias adversas, ou ainda a tentativa que fazem - se dividindo - para escapar da degenerescência e recobrar vigor a partir do próprio enfraquecimento"; mais adiante situa a emergência como pura distância e "não lugar", pelo fato dos adversários não pertencerem ao mesmo espaço: "ninguém é responsável por uma emergência, ninguém pode se autoglorificar por ela; ela se produz sempre no interstício". Foucault, M. Microfísica do poder p. 23-24.

(9) Idem. p. 27.

(10) Deleuze, G. Nietzsche e a filosofia p. 6.

(11) Idem. p. 2. Conforme aponta o autor, Nietzsche relaciona avaliação às práticas sociais, que são por sua vez baseadas em valores e ao mesmo tempo são a origem dos valores: "uma avaliação supõe valores a partir dos quais aprecia fenômenos. Porém, por outro lado, e mais profundamente, são os valores que supõe avaliações, 'pontos de vista de apreciação', dos quais deriva seu próprio valor". Mais adiante considera que "as avaliações referidas a seu elemento não são valores, mas maneiras de ser, modos de existência daqueles que julgam e avaliam, servindo precisamente de princípios para os valores em relação aos quais julgam. Por isso temos sempre as crenças que merecemos em função de nossa maneira de ser ou de nosso estilo de vida". Idem. p. 1.

Assim, a atividade genealógica não comporta a cisão entre o momento analítico e a intervenção, a apreciação e a produção de valores. Todo conhecimento é perspectivo e estratégico. Este modelo nos mostra a estreita ligação entre práticas sociais e práticas discursivas. A sociedade é vista a partir do conjunto dessas práticas que em sua positividade, produzem objetos, relações ou idéias. Contudo é preciso delimitar a especificidade e a diferença da prática discursiva. O discurso nesta concepção, não se define pela soma das idéias e pensamentos dos homens; por um sistema de representações; pelas determinações institucionais ou econômicas; ou ainda por sua estrutura lingüística. É visto como irrupção, emergência, acontecimento, que se expressa a partir de um "conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação".<sup>12</sup> Foucault, ao romper com as continuidades tradicionais que organizam os discursos - como representação, sujeito e verdade - , produz uma nova possibilidade epistemológica, e libera novos sentidos para o fato discursivo. E, dessa maneira conclama à renúncia "de todos esses temas que tem por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos".<sup>13</sup>

Embora a noção de acontecimento ultrapasse as dicotomias entre palavra e ação, descrição e fato, linguagem e real - não deixando margem para nenhuma exterioridade entre essas instâncias - não as iguala tampouco. As práticas discursivas constituem enunciados, e as não discursivas visibilidades, e há entre elas diferenças fundamentais, além de prevalência de uma sobre a outra. O que queremos destacar é a idéia de que não há correspondência homóloga ou relação causal entre o que se fala e o que se vê, conforme ressalta Deleuze: "aquilo que se fala não se aloja nunca naquilo que se vê e reciprocamente".<sup>14</sup> Ainda que os enunciados e as visibilidades se agenciem constantemente na formação dos campos de saber, essa composição não é sem discontinuidades, uma vez que há disfunção<sup>15</sup> entre o falar e o ver, o visível e o enunciável. Dessa forma não é possível uma conformidade entre os dois termos, cada um tem seu próprio objeto e domínio correlativos: "o enunciado tem um objeto que lhe é próprio, que não é isomorfo do objeto visível".<sup>16</sup> Essa diferença implica inclusive numa correlação de forças muito particular entre esses dois campos. Não há equivalência, mas determinação do enunciado sobre o visível.

Ainda que estejam situados igualmente no nível das formas e que "se insinuem um no outro como numa batalha",<sup>17</sup> o enunciado pela sua condição de linguagem dirige o olhar, recortando um campo de visibilidade. O visível por sua vez, tem a qualidade de ser receptivo, amoldável - ainda que guarde uma especificidade e um funcionamento próprios, diferente do enunciado. Deleuze ajuda a explicitar essa questão quando afirma que:

(12) Foucault, M. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro, Forense, 3a. ed. 1987. p. 124.

(13) Idem. p. 28.

(14) Deleuze, G. Foucault p. 93.

(15) O termo disfunção aponta para a diferença e a autonomia na relação entre visibilidades e enunciados. O que não significa ausência de encontro, ou ainda oposição e conflito. Isto quer dizer que o visível não é mera representação, não é a expressão visível do discurso, mas tem um devir próprio - e o mesmo pode ser dito dos enunciados em relação às visibilidades - . A visibilidade é o acontecimento material do mundo, portanto potência e multiplicidade. Nessa materialidade virtual o devir é tornado visível instantânea e provisoriamente num acontecimento único, singular. O discurso tende a aprisionar esse devir, opondo-lhe barreiras através da atribuição seletiva de significados à sua multiplicidade. Sobre essa discussão ver Deleuze, G. Foucault p. 71-73.

(16) Deleuze, G. Foucault p. 83.

(17) Idem. p. 95.

"(...) o enunciado detém o primado em virtude da espontaneidade de sua condição (linguagem), que lhe dá uma forma determinante. Ao passo que o visível, em virtude da receptividade de sua condição (luz), apenas tem a forma do determinável. Pode-se considerar que a determinação, vem sempre do enunciado, se bem que as duas formas difiram de natureza".<sup>18</sup>

As visibilidades e os enunciados se agenciam formando dispositivos de saber, maneiras de ver e falar. Produzem, assim, objetos visíveis e enunciáveis, a partir dos quais vai se constituir uma série de comportamentos e idéias. Foucault chama de *épistémè* esse conjunto de relações ou regularidades, onde se organizam as possibilidades de pensar, ver e dizer, de um determinado momento histórico. Algo como uma visão de mundo, uma matriz que delimita as variações discursivas e a produção de saber; ou "uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época".<sup>19</sup> Sobre esse conceito, Ardenghy o define como "formas de pensamento, paradigmas, estruturas mentais subjacentes a todas as vertentes de saber sobre o homem".<sup>20</sup> Destaca ainda que estas estruturas que constituem as epistemes não são meramente cognitivas, "mas estão condicionadas por fatores mais profundos, portanto o saber que delas deriva não é conhecimento mas sim prática discursiva".<sup>21</sup> As *épistémès* estão ligadas às regularidades discursivas e lhe servem de continente, não como um limite prévio, mas um campo de referência que se constitui simultaneamente à própria produção discursiva. Foucault chega a referir-se a elas como "uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporá a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados".<sup>22</sup>

Ainda que nessa abordagem a formação histórica não seja anterior aos enunciados e visibilidades que a compõe, o que se espera da história é justamente "essa determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época, que ultrapassa os comportamentos, as mentalidades, e as idéias, pois é ela que os torna possíveis".<sup>23</sup> É sobre esse campo de articulações que incide a análise de Foucault, e é por essa mesma razão que sua concepção de discurso rompe com os limites de uma abordagem estritamente lingüística. Ao contrário desta última, noções como a de sujeito, o contexto, mensagem etc., não são entendidos como fatores determinantes da prática discursiva; mas sim expressões derivadas, produzidas pelas regularidades discursivas, historicamente agenciadas. É essa a trama à qual se quer chegar na análise foucaultiana.

Essa rede de relações que constitui o discurso não se mantém como algo que lhe é anterior, uma essência oculta produtora do acontecimento discursivo. Ao contrário, é exterior e coincide com a emergência do discurso. Deleuze considera que "cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode em função das suas condições de enunciado. Nunca há segredo, se bem que nada seja imediatamente visível, nem diretamente legível".<sup>24</sup> É nesse sentido que na descrição dos enunciados não se busca uma totalidade fundadora, ou uma intenção subjetiva. Ao contrário, o que se pretende liberar são as desconti-

(18) Deleuze, G. Foucault p. 96.

(19) Foucault, M. Arqueologia do saber p. 217.

(20) Ardenghy, R.F. A metodologia das ciências humanas em Michel Foucault. In: Humanidades, Brasília, UNB, n. 12, fev.-abr. 1987. p. 104.

(21) Idem, p. 107.

(22) Foucault, M. Arqueologia do saber, p. 217. Sobre a noção de *épistémè* ver também Machado, R. Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro, Graal, 2a.ed., 1988. p. 148-151.

(23) Deleuze, G. Foucault p. 75.

(24) Idem. p. 87.

nidades, é a dispersão do sujeito como função derivada do enunciado, e apontar para análise da raridade, da diferença. Não há um não dito, um substrato atrás do discurso, uma essência que não se desvela completamente. Para compreender um enunciado "só conta o que foi formulado ali, naquele momento, e com aquelas lacunas, aqueles hiatos".<sup>25</sup> O campo dos acontecimentos discursivos é definido como "um conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que foram formuladas".<sup>26</sup> Diferentemente da análise lingüística, onde a partir de um conjunto de regras há uma combinação infinita de enunciados possíveis, aqui importa captar os princípios, as regularidades, segundo as quais puderam emergir aqueles significados que foram enunciados - somente aqueles e não outros enunciados virtuais. Esta análise recai sobre o nível das formações discursivas, que ultrapassa a fala significativa de um sujeito contextualizado nas situações histórico-sociais imediatas. Uma vez que se quer trabalhar sobre o conjunto limitado dos enunciados que emergem num campo discursivo; a atenção recai sobre os objetos que são produzidos, a posição oferecida ao sujeito, enfim, sobre o território de poder e saber que aí se articula.<sup>27</sup>

Uma vez abolidas as categorias que tradicionalmente são tidas como organizadoras do discurso - como obra, livro, autor enquanto sujeito psicológico ou epistemológico, linguagem como expressão etc. - , pode-se restituir ao discurso sua singularidade e materialidade de acontecimento. Foucault propõe em lugar da análise tradicional, a descrição dos acontecimentos discursivos: "uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade (...) aparece o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para busca das unidades que ali se formam".<sup>28</sup> O discurso responde agora sobre os enunciados: o que afirmam, de que lugar institucional se originam, qual a posição subjetiva que designam. Deixa de ser expressão - suporte simbólico da ação, emissão de um sujeito - , para constituir-se num campo de regularidades, de investimento de forças, e de dispersão do sujeito.<sup>29</sup>

É com a fluidez da força, a determinação da vontade de poder, e a materialidade do acontecimento, que se caracteriza a função enunciativa. Diferente de uma proposição lógica, de um ato de linguagem, de um símbolo ou uma estrutura; o enunciado constitui uma "função que cruza as estruturas e as unidades possíveis e faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço".<sup>30</sup> É evidente que esse movimento de produção de significados não se dá de modo arbitrário. Está relacionado a um campo de sentido - ou campo de emergência - , que implica todo o universo adjacente, definido por Foucault como "o conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido".<sup>31</sup> Dessa forma, o referencial do enunciado não se restringe a objetos e fatos, mas recai sobre as leis de possibilidade; às regras de formação de objetos e conceitos; ou seja, remete aos lugares a partir dos quais se nomeiam e se descrevem as coisas e os fatos.

(25) Deleuze, G. Foucault p. 21.

(26) Foucault, M. Arqueologia do saber, p. 31.

(27) É nesse sentido que Foucault define os enunciados como "uma modalidade própria desse conjunto de signos (...) que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado enfim de uma materialidade repetível". Foucault, M. Arqueologia do saber, p. 123-124.

(28) Idem. p. 30.

(29) Este redimensionamento do discurso afirma a concepção nietzscheana sobre a exterioridade dos investimentos de força: "a uma quantidade de força corresponde exatamente a mesma quantidade de instinto, de vontade, de ação, e não pode aparecer de outro modo senão em virtude dos sedutores erros de linguagem, segundo os quais todo efeito está condicionado por uma causa eficiente, por um sujeito (...) mas não há tal substrato, não há um ser por detrás do ato, o ato é tudo". Nietzsche, F. A genealogia da moral p.37.

(30) Foucault, M. Arqueologia do saber, p. 99.

(31) Idem. p. 133.

Aqui se coloca mais uma vez a questão da interpretação, pois nomear e descrever não são atos destituídos de uma força e uma vontade de poder. A propósito, Nietzsche ressalta que

"(...) esse direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem, como um ato de autoridade que emana dos que dominam. Disseram isto é tal e tal coisa, vincularam a um objeto ou a um fato tal ou qual vocábulo, e assim ficou".<sup>32</sup>

O poder é intrínseco à linguagem, e toda produção de sentido é o exercício de uma vontade de poder, e um ato de força.<sup>33</sup> Dessa perspectiva não é possível nenhuma produção discursiva neutra ou gratuita. Toda palavra é endereçada e plena de uma vontade, afirma um território de poder. Não há fala ou objeto natural, espontâneo, óbvio. Toda comunicação é um campo estratégico de exercício do poder e produção de saber. Portanto é condição do discurso ser sempre perspectivo, qualquer que seja sua natureza - científico, jurídico, religioso, etc. Assim, interpretar deixa de ser uma prática especializada que intervém sobre o discurso, e passa a caracterizar toda produção discursiva. É ação estratégica, intencionada, vontade de poder inerente ao discurso. Essa noção de interpretação se contrapõe à concepção metafísica onde interpretar é revelar uma essência ou uma verdade oculta. Essa guinada teórica, produz uma mudança radical no entendimento do mundo, do homem, e do próprio devir humano.<sup>34</sup>

A discussão sobre interpretação nos chama atenção para a extrema implicação que existe entre saber e poder. Interpretar é produzir saber e exercer um poder, pois não há relação de poder sem constituição de um campo de saber e vice-versa. O saber é produzido pela prática discursiva e, ao mesmo tempo, lhe serve de referência e fundamento. Foucault define o saber como: "aquilo de que se pode falar em uma prática discursiva; a posição que o sujeito toma para falar dos objetos de que se ocupa seu discurso; o campo de coordenação e subordinação dos enunciados; possibilidades de utilização e apropriação oferecidas pelo discurso".<sup>35</sup> Embora haja pressuposição recíproca entre poder e saber, existem diferenças importantes que não permitem que os vejamos como instâncias equivalentes ou homogêneas. Deleuze situa essas diferenças relacionando o poder ao nível das forças e o saber ao nível das formas:

" (...) o saber tem a ver com matérias formadas (substâncias), e com funções formalizadas (...) ele é portanto estratificado, arquivado, dotado de uma segmentariedade relativamente dura. O poder pelo contrário é diagramático, ele mobiliza matérias e funções não estratificadas, e procede com uma segmentariedade muito flexível".<sup>36</sup>

(32) Nietzsche, F. A genealogia da moral p. 19.

(33) Deleuze explicita essa concepção quando se refere à lingüística ativa como sendo aquela que "procura descobrir quem fala e quem nomeia. Quem se serve de tal termo, a quem ele a aplica inicialmente (...) e com que intenção? O que ele quer ao pronunciar tal palavra?" ressaltando ainda que "a transformação do sentido de um termo significa que um outro (uma outra força e uma outra vontade) dele se apodera, aplica-o a outra coisa porque quer algo diferente. Deleuze, G. Nietzsche, p. 27.

(34) Foucault, quando trata da questão da interpretação aponta para esse confronto entre duas concepções antagônicas: "se interpretar era colocar lentamente em foco uma significação oculta na origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade. Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações". Foucault, M. A microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 4a. ed., 1984. p. 26.

(35) Foucault, M. Arqueologia do saber. p. 206-207.

(36) Deleuze, G. Foucault p. 102-103.

Desse modo, entre poder e saber se exerce o primado da força sobre a forma. A determinação do poder sobre o saber - embora não seja exclusiva ou unilateral - afirma a hegemonia dos relacionamentos de força. Assim como o enunciado e a visibilidade, saber e poder constituem pólos não homólogos e jamais equitativos, embora permanentemente imbricados numa luta e captura mútua. Não há harmonia ou consenso na produção das verdades, mas exercício tirano da soberania. O processo de constituição de um saber sobre algo revela, não a natureza transcendente e essencial desse objeto, mas o princípio genealógico segundo o qual as verdades são produzidas e se mantêm enquanto tal.

Seguindo nesta direção chegamos ao eixo organizador do discurso: o poder. É importante de-ter-nos nesse ponto a fim de delimitar com precisão como funciona o poder na concepção foucaultiana. Deleuze, ao abordar esse tema, apresenta um esquema muito ilustrativo onde enumera seis postulados da concepção tradicional de poder, com os quais Foucault rompe: postulado da propriedade do poder, da subordinação, da essência ou atributo, da modalidade, e da legalidade.<sup>37</sup> Nos deteremos em cada um desses movimentos de ruptura e, juntamente com textos onde Foucault discute a microfísica do poder - estabelecendo inclusive algumas regras indicativas para análise dos mecanismos de poder -, procuraremos sistematizar os pontos mais importantes dessa noção de poder.

À concepção de poder como propriedade de uma classe que o teria conquistado, Foucault propõe o poder como exercício estratégico:

"(...) o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou se deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis".<sup>38</sup>

Não é um privilégio adquirido pela classe dominante, mas o "efeito de conjunto de suas posições estratégicas".<sup>39</sup> Na sua concepção de microfísica, o poder é estratégia, efeito de dominação, dispositivo onde se evidencia antes uma "rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato".<sup>40</sup>

Nessa afirmação podemos captar a grande ruptura do modelo foucaultiano, que põe à mostra um outro eixo de regulação das relações sociais. A recusa do modelo contratual, da distribuição estática do poder, abala em seus fundamentos o projeto ocidental moderno. Traz de volta a barbárie, a violência das diferenças em confronto, da vontade de poder que anima todas as relações sociais.

Se o poder não é possuível e estático, como um bastão que é passado entre os vencedores, ele não pode ser localizado, por exemplo, como poder de Estado. O poder se constitui nas múltiplas correlações de força, como uma matriz móvel e onipresente, "não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares".<sup>41</sup> Desta forma, não é mais possível repartir o poder de forma a centralizá-lo no Estado, enquanto a sociedade civil permanece como destinatária. O que se recusa aqui é, para além da questão específica do Estado, um modelo que se apóia, na oposição dominador-dominado, qualificando

(37) Cf. Deleuze, G. Foucault, 47-54.

(38) Foucault, M. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 7a. ed., 1985. p. 89-90.

(39) Foucault, M. Vigiar e punir; o nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987. p.29.

(40) Idem. p. 29.

(41) Foucault, M. História da sexualidade: a vontade de saber, p. 89.

um dos pólos como detentor do poder e o outro como aquele que foi destituído.<sup>42</sup> Essas instâncias (Estado, classe dominante, etc.) deixam de ser pólos cristalizados da dominação, e passam a ser vistas como efeitos, dinâmicos e mutáveis, sustentados pela intensidade dos alinhamentos do poder.

Uma vez retirado de um lugar central, irradiador, o poder pode ser percebido em todos os afrontamentos locais.

Superada a noção de origem única e foco centralizado do exercício do poder, fica inviabilizado o postulado de subordinação. Este se refere à idéia de que o poder, encarnado pelo Estado, seria subordinado a um modo de produção, ou a uma infra-estrutura. Noção que não se sustenta nesta abordagem, onde o poder não é subordinado à uma fonte original, bem como não há instâncias privilegiadas de produção de poder. Ao contrário, o poder perspassa os diversos níveis e segmentos da organização social, numa rede produtora de situações de poder. Não há uma hierarquia de determinações, onde a infra-estrutura, ou o nível das relações de produção, é o mais determinante. O modelo tópico e centralizador é substituído pela idéia de rede e onipresença do poder.

Uma vez que tudo é permeável ao poder, e não existe um "de fora" do poder, todos os pontos permeáveis são igualmente produtores. Rompe-se assim com a noção do poder como essência ou atributo, que qualifica aqueles que o possuem (dominantes), distinguindo-os daqueles sobre os quais se exerce (dominados). Mais uma vez é recusada a reificação e polarização do poder. Como ressalta Deleuze:

"(...) o poder não tem essência, é operatório, não é atributo mas relacionamento: a relação de poder é o conjunto dos relacionamentos de forças, conjunto que não passa menos pelas forças dominadas que pelas dominantes".<sup>43</sup>

O postulado da modalidade diz respeito do modo de ação do poder. É bastante conhecida a tese de que o poder age pela violência ou pela ideologia. Isto é, age pela repressão ou pelo convencimento ideológico. Foucault se contrapõe a esta visão afirmando a positividade do poder, e não seu caráter inibidor: "o poder 'produz real' antes de reprimir. E também produz o verdadeiro antes de ideologizar".<sup>44</sup> A violência existe como um dos efeitos possíveis, mas não é fator determinante da relação de forças do poder. Mesmo porque, a identificação do poder com a proibição e a repressão não justifica a adesão daqueles que se submetem. A eficácia do poder encontra-se mais na sedução do que na crueldade e atemorização.

"O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é que simplesmente ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso".<sup>45</sup>

A idéia do poder como legalidade guarda um entendimento da lei como "um estado de paz imposto, suspensão de uma guerra",<sup>46</sup> contrato pacificador e imposto, que se exprime no poder de Estado. A lei pressuposta por esta concepção se define sempre em oposição à ilegalidade, assim como o esta-

(42) Sobre essa questão Foucault alerta que "não há no princípio das relações de poder e, como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominadores e dominados". Idem. (41) p. 90.

(43) Deleuze, G. Foucault p. 50.

(44) Idem. p. 51.

(45) Foucault, M. Microfísica do poder. p. 8.

(46) Deleuze, G. Foucault p. 52.

do de direito se opõe à força. Foucault rechaça esse tipo de oposição. Para o autor não existe esse outro da ilegalidade. A lei nada mais é que uma gestão, uma composição de ilegalismos. A guerra não está ganha, não está definida como uma referência passada. A guerra é atual e não conclusiva, pois diz respeito ao contínuo embate das vontades de poder. Sobre essa questão Deleuze considera que, para Foucault, "a lei não é nem um estado de paz nem o resultado de uma guerra ganha: ela é a própria guerra e a estratégia dessa guerra em ato".<sup>47</sup>

Foucault distingue ainda algumas "regras", para análise dos mecanismos do poder, que segundo ele mesmo, não devem ser consideradas como "imperativos metodológicos", mas "no máximo, prescrições de prudência".<sup>48</sup> Longe de ser um esquema para decifração do poder, são princípios de funcionamento que auxiliam a compreender melhor sua dinâmica.

Foucault chama de regra de imanência à qualidade que constitui o campo do poder como um conjunto de forças distintas, mas intrinsecamente vinculadas, contíguas, que se articulam independentemente de uma centralização, ou de instâncias transcendentais. Assim, não há exterioridade entre poder e saber, que, mesmo mantendo sua especificidade, formam conjuntamente "focos locais" de poder-saber. Se, como vimos, o poder não é localizado, e nem pode ser tomado como uma propriedade ou atributo, fica eliminada a possibilidade de uma concepção estática do poder. Chegamos assim à regra das variações contínuas. Esta aponta para a dinâmica de funcionamento do poder, extremamente móvel, ao contrário da aparente permanência que algumas vezes lhe é atribuída. Com relação a esse ponto, Foucault ressalta que "as relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são matrizes de transformações".<sup>49</sup> Contudo, a possibilidade de múltiplas variações do campo do poder, não faz dele um conjunto de fragmentos soltos e arbitrários. Esse movimento de transformações se insere dentro de uma estratégia global; que por sua vez, se apóia reciprocamente nos diversos encadeamentos e relações locais de poder. Entre esses dois níveis - estratégico-global e local-tático - não há nenhuma descontinuidade, embora cada um deles guarde sua diferença e especificidade. A relação que se estabelece entre eles é justamente a do duplo condicionamento. Essa determinação recíproca, ou seja, mútua composição de dois sistemas diferentes, porém cúmplices na mesma intensidade, caracteriza o modo de articulação dos dispositivos de poder, e as estratégias globais. Foucault exemplifica, rejeitando o modelo da reprodução e da projeção entre esses dois níveis: "o pai não é o representante do Estado e nem este uma projeção daquele, a família não reproduz a sociedade e nem esta em troca imita aquela".<sup>50</sup> No entanto ressalta como o dispositivo familiar pode servir como suporte à estratégia disciplinar (vide o controle natalidade, medicalização do sexo, etc.).

É importante precisar que essa articulação entre saber e poder, dispositivos e estratégias, se dá por excelência no discurso - que por sua vez comporta uma multiplicidade de elementos e variações, e pode se articular com estratégias diversas. O discurso é capturável, mas também pode ser efeito de resistência. Não é uma massa amoldável e sem direção própria. Ao contrário, é justamente composta por blocos táticos, direções distintas, diferentes vontades, e portanto múltiplas possibilidades de articulação. É essa qualidade do discurso que Foucault chama de Polivalência tática:

"Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas".<sup>51</sup>

(47) Deleuze, G. Foucault p. 53.

(48) Foucault, M. História da sexualidade: a vontade de saber p. 93.

(49) Idem. p. 95.

(50) Idem. p. 95.

(51) Idem. p. 97.

Através dessas "regras" vemos mais uma vez reiterar-se a ruptura com a concepção tradicional, que combina um certo grau de idealismo e mecanicismo na análise do poder. Nas palavras do autor, essa ruptura

"(...) substitue o privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, o privilégio da intensidade pelo ponto de vista da eficácia, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis de dominação. O modelo estratégico ao invés do modelo do direito".<sup>52</sup>

Desse novo olhar, o poder aparece ao mesmo tempo difuso e totalizante. Não há nada que esteja além do poder, este é onipresente. Por outro lado é também dependente, relacional, mutável, e portanto susceptível. A resistência e desmobilização de uma estratégia global pode se dar através de inúmeros pontos. Uma estratégia não apresenta, por exemplo, a mesma estabilidade que a noção de "poder dominante", na concepção marxista de revolução - que privilegia como eixo principal de luta a relação capital/trabalho. Aqui todas as rupturas são importantes. Não se hierarquiza classes ou movimentos sociais como mais revolucionários que outros. Essa medida se dará por outras vias - a dos efeitos, das intensidades catalizadas, dos investimentos liberados, etc. Deve-se indagar, frente a um movimento social, por exemplo, contra quais dispositivos de poder este investe. E como há uma rede de dispositivos que abrangem múltiplos setores da vida, não há alvos mais importantes que outros, mas sim pontos de apoio que precisam igualmente ser rompidos, desinvestidos, para que se possa produzir uma transformação global. Esta não pode ser colocada como uma transformação estritamente econômica ou política; pois a mudança de uma estratégia atinge uma cadeia de relações, onde não se destaca o econômico e o político dos aspectos culturais e individuais. Essa rede funciona como ligação, e as mudanças que aí ocorrem, atingem integralmente todos os níveis e formas de organização da vida.

Foucault denomina disciplinar a maneira com que o poder organiza as relações na sociedade moderna. Situa a emergência desta modalidade de poder entre os séculos XVII e XVIII, quando proliferaram os mecanismos disciplinares, transformando o modelo anterior de soberania.

Essa transformação está ligada aos processos históricos desse período. Uma nova conjuntura social exigia novos modos de controle, portanto uma outra organização de poder. Esses fatores históricos dizem respeito principalmente a explosão demográfica do século XVIII - que implica numa "mudança de escala quantitativa dos grupos que importa controlar ou manipular"<sup>53</sup> - e o crescimento do aparelho de produção. A disciplina deve ajustar essas duas condições, obtendo como efeito a potencialização e a eficácia do processo de produção, através de um controle mais minucioso e abrangente das quantidades humanas, sem as dispendiosas demonstrações de força que anteriormente marcavam uma forma violenta, espetacular e repressiva de poder.<sup>54</sup> Foucault situa essa mudança como a passagem da disciplina-bloco, ou seja "a instituição fechada, estabelecida a margem, e toda voltada para questões negativas: fazer parar o

(52) Foucault, M. História da sexualidade: a vontade de saber. p. 97.

(53) Foucault, M. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. p. 191.

(54) Quando se refere a produção, o autor não está considerando apenas a produção econômica, de bens materiais, mas a produção no sentido amplo: "deve-se entender não só a produção propriamente dita, mas a produção de saber, e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva como o exército". Foucault, M. *Idem*. p. 192.

mal, romper as comunicações, suspender o tempo"; a uma outra figura de poder, a da disciplina-mecanismo: "um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve mais eficaz". A sociedade disciplinar emerge como esse "movimento que vai de um projeto a outro, de um esquema de vigilância de exceção ao de uma vigilância generalizada".<sup>55</sup>

Assim, "as disciplinas substituem o velho princípio 'retirada-violência', que regia a economia do poder pelo princípio 'suavidade-produção-lucro'. Devem ser tomadas como técnicas que permitem ajustar, segundo esse princípio, a multiplicidade dos homens e a multiplicidade dos aparelhos de produção".<sup>56</sup> Para obter esse efeito funciona a máquina disciplinar, que regula as relações de trabalho, a vida cotidiana, a família; não deixando nenhum espaço marginal que não seja atravessado pelo olhar do poder. A estrutura que melhor retrata este controle é o *Panóptico*. Uma proposta arquitetônica produzida por Bentham, no século XVIII, que servia a inúmeras instituições, oferecendo a possibilidade de controle sobre uma área extensa, com apenas um vigia na torre central.<sup>57</sup> É um dispositivo que aumenta as condições de visibilidade, permitindo uma vigilância permanente, anônima e discreta. Não importa quem ocupa o lugar de vigia e porque o faz, qualquer um pode fazer a máquina funcionar. Ao prisioneiro é assegurado uma exposição constante - quer seja aos olhos do carrasco, do médico, do cientista, do educador... É o fim das grades e das correntes, e o início da sujeição.

A disciplina, através de sua ação ordenadora e analítica,

"(...) fixa, imobiliza, regulamenta os movimentos e resolve as confusões. Ela deve dominar as forças que podem advir de uma multiplicidade organizada (...) Daí o fato de definirem redes hierárquicas precisas, em suma, de oporem à força intrínseca e adversa da multiplicidade o processo da pirâmide contínua e individualizante".<sup>58</sup>

Essa ação de repartir, esquadrihar, observar, registrar, hierarquizar, corresponde à uma estratégia de sujeição, que já não opera pela violência, mas pela normatização. Por isso o saber produzido pelos mecanismos disciplinares deve gozar do *status* de verdade e norma natural.

## 2 PRODUÇÃO DESEJANTE E TERRITORIALIDADE EM DELEUZE E GUATTARI

A partir das concepções foucaultianas do poder, Guattari introduz as noções de micropolítica e revolução molecular. Estas apontam para a ação transformadora, revolucionária, que incide sobre a rede de dispersão do poder, e faz coincidir luta política e análise do desejo. Uma vez que o poder emerge e se mantém a partir dessa rede que abarca os múltiplos setores da existência, a ação política revolucionária deve ser igualmente múltipla e pontual. Cada ponto de investimento e sustentação do poder é potencialmente um ponto de resistência e ruptura. É nesse sentido que Guattari afirma que:

(55) Foucault, M. *Vigiar e punir*: o nascimento da prisão. p. 184.

(56) Idem, p. 192.

(57) Sobre a descrição do *Panóptico* ver Foucault, M. Idem. p. 177.

(58) Foucault, M. *Vigiar e punir*: o nascimento da prisão. p. 193.

"(...) uma micropolítica do desejo não mais se proporia a representar as massas e a interpretar suas lutas (...) ela investiria, ao contrário, uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais".<sup>59</sup>

O termo molecular é usado para designar o nível micro das articulações dos dispositivos de poder, distinguindo-se do molar:

"(...) a questão micropolítica - ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social - diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de 'molar'), com aquele que chamei de molecular. Entre esses dois níveis não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição (...) As lutas sociais são ao mesmo tempo molares e moleculares".<sup>60</sup>

O nível molecular é onde efetivamente uma estratégia lança suas amarras, faz agenciamentos, seduz, modeliza o desejo; enquanto o molar se refere ao efeito global, de conjunto, obtido a partir dessa captura ao nível molecular.

Uma importante contribuição de Deleuze e Guattari é o agenciamento da noção de desejo à teoria foucaultiana do poder. Embora desejo seja uma categoria psicanalítica, é importante marcar que nesses autores ganha novos e diferentes contornos daqueles que podemos ver em Freud. Na concepção dinâmica freudiana o desejo é inconsciente. Responde às leis do processo primário, e procura restabelecer as primeiras vivências de satisfação, através de objetos substitutivos.<sup>61</sup> É uma noção referida à interioridade psíquica, individual. Já em Deleuze e Guattari o desejo está no campo da afirmação da vida, em última instância, significa expressão de intensidades. O desejo é o elemento intensivo, o querer dos homens no mundo. Não se restringe a esfera psíquica ou individual. O desejo é coextensivamente social e psíquico. Seu investimento social é histórico e portanto, anterior aos investimentos individuais. Encontra-se na esfera da produção, ganhando portanto uma materialidade e uma força muito peculiares. Desta perspectiva o desejo é uma força revolucionária que investe o mundo social.<sup>62</sup> Essa compreensão da vida a partir da exterioridade dos acontecimentos supõe uma força motriz que engendra os acontecimentos. Nietzsche fala em forças e vontade de poder. Aqui a vontade de poder está relacionada aos investimentos desejantes, que percorrem os acontecimentos sociais e produzem a subjetividade do sujeito histórico.

A análise das formações sociais e da produção discursiva ganha assim uma nova dimensão. Os investimentos estratégicos do poder não são meramente engrenagens de opressão - como Foucault mesmo ressalta, o poder é mais eficaz quando seduz do que quando reprime. Guattari vai discutir o funcionamento do poder ao nível desejante. É aí que se dão os agenciamentos, as modelizações, singularidades, rupturas e capitulações. O movimento do poder dominante é de capturar os investimentos desejantes

(59) Guattari, F. Revolução molecular; pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 2a. ed., 1985. p. 176.

(60) Guattari, F. & Rolnik, S. Micropolítica; cartografias do desejo. Petrópolis, Vozes, 2a. ed., 1986. p. 127.

(61) Sobre esse conceito em Freud ver: Freud, S. ESB, obras completas. vol. IV-V, Rio de Janeiro, Imago, 1975; ver ainda Laplanche, J. & Pontalis, J-B. Dicionário de psicanálise. São Paulo, Martins Fontes, 8a. ed., 1985; e Garcia Rosa, L.A. Freud e o inconsciente. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

(62) Para aprofundamento da noção de desejo em Deleuze e Guattari ver o artigo de furto, J. & Roussillon, R. O anti-Édipo - tentativa de exploração. In: Carrilho, M.M. (org.). Capitalismo e esquizofrenia - "dossier" anti-Édipo. Cadernos Peninsulares. Lisboa, Assírio Alvim, ensaio 20, 1986.

em moldes cada vez mais "pré-fabricados", produzindo normas, valores, vontades. Administrar o desejo é fundamental do ponto de vista de um sistema totalizante, pois este é a força produtiva por excelência, o que move e dá sentido à ação humana. Capturar o desejo é condição indispensável à máquina capitalística.<sup>63</sup>

Em contraposição a esse movimento homogeneizador, existem as emergências de novas subjetividades, a afirmação de diferenças, produção de singularidades.<sup>64</sup> A ruptura com os investimentos dominantes libera as diferenças e os desejos não domesticados, possibilitando novas formas de organização. É nesta perspectiva que o autor entende os movimentos alternativos<sup>65</sup> - entre os quais inclui o movimento ecológico - , como aqueles que não buscam respostas totais para a sociedade, com a respectiva capitalização de um poder e um saber que dê conta de uma solução global; mas sim aqueles movimentos que afirmam diferenças e singularidades, permitindo a proliferação de novas identidades; outras formas de organização, de entendimento das relações entre a vida cotidiana e o trabalho. Estes processos de singularização são para o autor um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística. Constituem canais privilegiados de afirmação do desejo, uma vez que "o desejo só pode ser vivido em vetores de singularidades".<sup>66</sup>

Deleuze e Guattari têm um entendimento peculiar sobre o funcionamento da sociedade capitalista, que nos auxilia a compreender o jogo de forças onde emergem os discursos e as práticas ecológicas. Para os autores, esse sistema é precedido por duas formas de organização diferenciadas, quais sejam: a máquina territorial primitiva e a máquina despótica<sup>67</sup>. A máquina territorial primitiva se orienta a partir da referência territorial física do corpo da terra; mas já contém, além do dado de pertencimento físico, um primeiro movimento de representação desse território, portanto, de produção de um território social. "A máquina territorial é portanto a primeira forma de *socius*, a máquina de inscrição primitiva, megamáquina que cobre um campo social"<sup>68</sup>. Essa organização que tinha como referência central a terra deixa de ser suficiente e nasce a figura do déspota como modelo para a máquina social:

(63) Rolnik esclarece o uso do termo capitalístico por Guattari: "Guattari acrescenta o sufixo 'ístico' a 'capitalista' por lhe parecer necessário criar um termo que possa qualificar não apenas as sociedades designadas como capitalistas, mas também setores do 'Terceiro Mundo', ou do capitalismo 'periférico', assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contra-dependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, em nada se diferenciariam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Elas funcionariam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal política". Guattari, F. & Rolnik, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. p. 15.

(64) Sobre a questão da produção de subjetividade ver Guattari, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 2a. ed., 1985. p. 201-207. Ver ainda \_\_\_\_\_ & Rolnik, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*, p. 125-127.

(65) Guattari se refere aos movimentos alternativos como aqueles que apontam para a autonomia e afirmação de singularidades dissidentes. Sobre essa questão considera que "a problemática desses novos movimentos sociais é a de um deslocamento de finalidades da produção e da vida social em direção a questões mais próximas da vida existencial dos indivíduos (...) trata-se de recriar a vida social com a mesma originalidade que os artistas têm para criar seu próprio universo (...) Trata-se de criar uma subjetividade que valha a pena ser vivida". Guattari, F. As novas alianças: movimentos sociais e movimentos alternativos. In: *Desvios*. Rio de Janeiro, n. 8. 1986. p. 40.

(66) Guattari, F. & Rolnik, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. p. 47.

(67) O termo máquina é introduzido pelos autores afirmando um entendimento dos mecanismos sociais como engrenagens funcionais, onde não há distinção entre o objeto produzido e a produção. As formações sociais são estruturas maquinicas. O conjunto dessas máquinas - que se acoplam uma às outras - forma o nível da produção primária ou molecular, cuja energia é a do desejo. Para uma discussão mais detalhada ver Furtos, J. & Roussillon, R. O anti-Édipo - uma tentativa de exploração. op. cit. 31-38.

(68) Deleuze, G. & Guattari, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. p. 179.

"A unidade imanente da terra como motor imóvel dá lugar a uma unidade transcendente de uma natureza totalmente diferente, unidade de Estado, o corpo pleno não é mais o da terra, mas o do déspota".<sup>69</sup>

A especificidade do sistema capitalista é que ele sobrecodifica os fluxos de desejo. Desterritorializa, desmontando as antigas referências, e reterritorializa os fluxos desejantes, sobrecodificando-os de acordo com o mais abstrato dos modelos: o dinheiro.

"O capitalismo é a única máquina social, nós o veremos, que se construiu como tal sobre fluxos decodificados, substituindo os códigos intrínsecos por uma axiomática das quantidades abstratas em forma de moeda."<sup>70</sup>

Dessa forma o capitalismo primeiro libera os fluxos de desejo para em seguida capturá-los.

O entendimento de sociedade que sustenta essas concepções é de que a:

"(...) sociedade não é primeiramente um meio de troca onde o essencial seria circular ou fazer circular, mas um *socius* de inscrição onde o essencial é marcar e ser marcado".<sup>71</sup>

Essa marca é um registro de código, que impede a emergência de uma multiplicidade de sentidos, de desejos, de vontades, estabelecendo códigos e sobrecódigos que aprisionam essa potência em cadeias de univocidade e sentidos paralizantes.

"A máquina social ou *socius* pode ser o corpo da terra, o corpo do déspota, o corpo do dinheiro (...). O problema do *socius* foi sempre este: codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer com que nenhum fluxo escorra sem ser tampado, canalizado, regulado".<sup>72</sup>

Finalmente, gostaríamos de destacar os conceitos de territorialidade e territorialização para precisá-los melhor, dada sua importância para nossa análise.

A noção de territorialidade está referida inicialmente à idéia mesma de território enquanto habitat; à referência física, direta e imediata de localização, de pertencimento a um lugar. No entanto, a partir da idéia de territorialização, este conceito perde sua objetividade biológica, primeira, para ingressar na esfera da produção de sentidos sociais. Territorializar implica num nível de representação sobre esse território físico. Seria por exemplo, a constituição de um território geográfico com repartições abstratas. Territorializar é estabelecer um território de sentido e produzir um pertencimento social. Conforme aponta Donzelot territorializar é:

"(...) delimitar um território, balizar-lhe os limites, recensear-lhe as riquezas,

(69) Idem ao (68) p. 185.

(70) Idem. p. 177.

(71) Deleuze, G. & Guattari, F. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. p. 180.

(72) Idem. p. 51.

atribuir-lhe um centro, equivale a representá-lo, deixar a superfície da terra para entrar na esfera da representação".<sup>73</sup>

### 3 EMERGÊNCIA, PRODUÇÃO DE VALORES E AGENCIAMENTOS: PERCURSO METODOLÓGICO

Com base na orientação teórica exposta até aqui, propomos três cortes, a partir dos quais analisaremos os discursos ecológicos.

Os dois primeiros são de natureza analítica e correspondem a etapas da pesquisa genealógica. O terceiro está mais próximo de uma avaliação conjuntural, na medida em que discutirá os atuais agenciamentos desses discursos, seus limites e possibilidades.

O primeiro corte será destinado a análise da emergência desses discursos ecológicos. Isto significa datar, delimitar historicamente, e examinar o jogo de forças a partir do qual são produzidos. É este ponto de interseção das forças que queremos resgatar com essa pesquisa. Sobre as condições de possibilidade desses discursos.

Uma vez delineada sua emergência, o segundo corte consiste na análise dos valores que esses discursos afirmam. Isto implica num mapeamento, numa cartografia: por onde passam, onde se agenciam, onde marcam suas diferenças, que vontade de poder afirmam em sua singularidade. Cada discurso é considerado como prática estratégica dentro de uma estrutura de poder. Assim, a crítica dos valores deve indagar sobre os efeitos desses discursos; qual o tipo de saber - de poder que produzem; como se mantêm e se transformam, que territórios produzem.

O terceiro corte discutirá a configuração atual desses discursos, questionando os seguintes pontos: Quais são as possibilidades de uma composição de forças entre os discursos que resistem à modelização capitalística? Como a discussão ecológica poderá contribuir para um agenciamento das singularidades, no sentido de propiciar a emergência de uma nova ordem social? Esse agenciamento implicaria numa potencialização da força de resistência, ou traria o risco de uma diluição das especificidades? Como se articulam o movimento ecológico e os outros movimentos de contestação? E finalmente, qual a inserção da prática educativa nos discursos ecológicos?

Gostaríamos de ressaltar que os três cortes que descrevemos não configuram etapas cronológicas da pesquisa, mas referem-se ao enfoque metodológico. Pretendemos tratar essas três direções de análise de forma integrada e simultânea; uma vez que queremos apreender o movimento dinâmico de produção de sentido de cada um dos discursos ecológicos em questão.

(73) Donzelot, J. Uma anti-sociologia. In: Carrilho (org.). Capitalismo e esquizofrenia: "dossier" anti-Édipo. p. 178.

## CAPÍTULO 2

## O DISCURSO ECOLÓGICO OFICIAL

## 1 ANOS 70: O DEBATE ECOLÓGICO E SUAS PERSPECTIVAS

Traçar a genealogia dos discursos ecológicos não significa encontrar um início absoluto, uma primeiríssima aparição, a partir da qual surgem, e demarcar suas linhas de existência até a atualidade. Mesmo porque não encaramos as formações discursivas como unívocas e absolutas, sobre as quais se possa traçar semelhante percurso. Os discursos ecológicos são múltiplos e dispersos, e é sobre suas diferenças que queremos nos deter. Para tanto, fizemos opções e elegemos pontos de emergência. Assim, quando procuramos datar o discurso ecológico oficial e pontuamos sua emergência na década de 70, não significa que o tema ecológico não existisse antes, em outras falas oficiais. Fizemos esse recorte no entanto, tendo em vista um momento particular, de grande efervescência desta preocupação na sociedade, quando os órgãos oficiais se esforçam para instituir a nível mundial, uma interpretação da crise ecológica, que possa se tornar a verdade deste acontecimento.

Entendemos por discurso ecológico oficial, aquele produzido pelos organismos governamentais nacionais ou internacionais, que institucionalizam uma fala sobre meio ambiente, apresentando-a como consenso mundial sobre o assunto. Este discurso estabelece efeitos de verdade, normas e princípios reguladores. Produz um campo discursivo englobante, dentro do qual devem localizar-se todos os outros discursos possíveis. Contudo, por mais generalizante que sejam seus efeitos, marca um entendimento muito particular das questões ambientais. Na medida em que regulamenta, fixa objetivos, estabelece princípios e estratégias de ação, alinha o acontecimento ecológico desde seu ponto de vista.

Para situarmos melhor o surgimento do discurso ecológico oficial, recorreremos a uma breve demarcação histórica do debate sobre meio ambiente, no período que compreende os anos 70. É nesta década que toma força, principalmente nos países industrializados do Primeiro Mundo a preocupação com o impacto da produção e da tecnologia sobre o meio ambiente. Os desequilíbrios ecológicos, a acelerada intervenção humana na natureza, a expansão populacional, e a degradação da qualidade de vida, são temas frequentemente evocados pelos organismos governamentais, bem como pela sociedade civil.

Dados da ONU mostram que no início dos anos 70, apenas 10 países contavam com organismos ambientais nacionais - órgãos especializados, departamentos, comitês, etc. Até fim de 1974 esta cifra havia chegado a 60, atingindo no final da década, cerca de 100. Indicam ainda um aumento significativo nos organismos não governamentais, preocupados com o meio ambiente. São estimadas 2.500 dessas organizações em 1972, ao passo que em 1981 chegam a 15.000. Tudo isso foi acompanhado da formulação de abundante legislação ambiental, em muitos países do mundo nesse período.<sup>1</sup>

O debate ecológico na década de 70 incide, muitas vezes, sobre o que o Relatório Meadows considerou o "dilema da humanidade".<sup>2</sup> A tensão entre crescimento econômico, expansão humana, avanço

(1) Cf. UNESCO. El estado del medio ambiente. Programa de las Naciones Unidas para el medio ambiente. Nairobi, Oficina Regional da Unesco, 1982. p. 9.

(2) O Relatório Meadows foi a primeira pesquisa promovida pelo Clube de Roma. Uma associação internacional, fundada pelo empresário industrial italiano, Aurélio Peccei, em 1968. Formada basicamente por cientistas, empresários e economistas, tinha a preocupação de promover estudos e influenciar decisões sobre "o complexo de problemas que afligem os povos de todas as nações". Ver Meadows, D. L. Limites do crescimento; um relatório para projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo, Perspectiva, Coleção Debates, n° 90, 1973, p. 11.

tecnológico e conservação da natureza, deu origem a uma discussão sobre modelos de desenvolvimento. Pádua e Lago sistematizam os principais encaminhamentos surgidos dessa questão, quais sejam: tecnologia ambiental, crescimento zero, economia do Estado estacionário, e ecodesenvolvimento. A tecnologia ambiental se refere à maneira pela qual os técnicos das grandes corporações públicas ou privadas, propunham corrigir e recuperar o meio ambiente, do impacto causado por esse mesmo modelo tecnológico. Estão nessa linha a produção de aparelhos antipoluição, substâncias químicas descontaminantes, biodegradáveis, etc. Essa alternativa redundaria, se aplicada em larga escala, num novo mercado para a capital industrial. A segunda solução, considerando a incompatibilidade entre crescimento e preservação dos recursos naturais, opta pelo não crescimento. Essa posição sustenta a idéia do crescimento zero. Proposta que advoga uma paralização do crescimento das forças produtivas, através de uma estabilização no atual nível produtivo. Isto, aplicado em termos mundiais, significaria o congelamento das desigualdades, uma vez que a estabilização pretendida não supõe qualquer mudança na correlação de forças entre os países. Esta solução é muito significativa. Independentemente da viabilidade de sua operacionalização, afirma uma apropriação da preocupação ecológica, numa perspectiva claramente dominadora. Na mesma direção, porém mais dissimulada, é a proposta do Estado estacionário. De inspiração clássica, esta teoria afirma que, uma vez obtido determinado nível de desenvolvimento produtivo, a economia poderia parar de crescer, limitando-se a reproduzir o padrão de bem estar alcançado. Esta alternativa inclui uma sensibilidade à diferença no desenvolvimento das forças produtivas entre os países, e indica um nível ótimo de desenvolvimento a ser alcançado, para então passar-se ao modelo estacionário. Esta proposta não chega a diferenciar-se fundamentalmente da idéia do crescimento zero no que concerne ao desejo que anima a ambas. Sob a aparente radicalidade de uma restrição ao crescimento econômico, atravessa uma estratégia de expansão da dominação. Em nome da urgência ecológica, da necessidade de salvar o planeta para as gerações futuras, beneficiaria-se a vanguarda da sociedade capitalística. Aos outros, restaria submeter-se aos "desenvolvidos"; ou dito de outra forma, com a "ajuda" desses, alcançar o nível ótimo, estabelecido desde fora - o que resultaria no mesmo processo de assujeitamento.

Os autores apresentam o ecodesenvolvimento como a resposta mais adequada à crise ecológica. Deslocando a questão do eixo quantitativo - "quanto crescer" - , o ecodesenvolvimento recoloca-a em termos qualitativos - "como crescer" - . Propõe a opção política por um crescimento econômico controlado, estabelecido com base em estruturas técnicas e produtivas, que minimizem a destruição ambiental, e concorram para promover a igualdade social, a preservação da natureza, e a qualidade de vida.<sup>3</sup>

Ainda que o ecodesenvolvimento se mantenha como uma abordagem diferenciada, pois leva em conta a decisão política como fator de mudança, entendemos que as outras propostas estão inscritas num campo discursivo referido à afirmação da dominação capitalística e da visão tecnicista. São alternativas que circulam num campo de saber, voltado à melhoria do meio ambiente e otimização das relações produtivas, através de enunciados técnico-científicos. A solução para o problema ambiental, deflagrada nessa perspectiva é igualmente técnica. Seja pela via da aplicação direta da tecnologia como fator de superação dos custos ambientais - o que pressupõe a crença na neutralidade da técnica, que tanto pode ser causa quanto solução para os impactos ambientais da produção - , ou ainda pela redução da questão à esfera econômica. Trata-se de resolver a equação do quanto crescer, de acordo com a capacidade do meio, e as expectativas do desenvolvimento industrial.

(3) Cf. Pádua, J. A. & Lago, A. A natureza das propostas alternativas. In: Gabeira, F. et alii. Partido Verde: propostas de ecologia política. Rio de Janeiro, Anima, Coleção Anima Verde, v.1, 1986. p. 17-19.

De qualquer modo, são enunciados que produzem uma oposição simplificada, onde ação humana e natureza estão dicotomicamente colocadas, como os únicos termos da relação. Entre um ponto e outro, o desequilíbrio é visto como uma disfunção, resultante da ação não planejada, portanto predatória, do homem sobre o meio. Assim, tomada como uma espécie de efeito secundário, esta situação pode ser corrigida pelo planejamento adequado dos próximos passos. Para tanto, recorre-se à razão científica, através da qual espera-se, mais uma vez, obter o controle, e superar os desvios.

Dentro dessa lógica, fenômenos como o esgotamento dos recursos naturais, a deterioração das condições de vida, doenças, violência etc., começam a ser associadas a uma crise que diz respeito às ciências biológicas, na sua especialidade ecologia. Esse deslocamento, que concorre para a biologização dos problemas sociais, tem alcançado enorme repercussão. É notável o crescente alcance que esse ramo da biologia tem alcançado. Da academia aos meios de comunicação de massa a ecologia é evocada indiscriminadamente. Talvez como um novo unguento, que pode curar a angústia da sociedade moderna, restituindo-lhe o acesso a uma natureza e a um homem, novos e pacificados.

## 2 A EMERGÊNCIA DO DISCURSO ECOLÓGICO OFICIAL

É nesse contexto que toma impulso, na década de 70, o discurso ecológico oficial. É interessante observar que nesse período se inicia o refluxo dos movimentos de contracultura que despontaram na década anterior. Embora não permaneçam enquanto movimento organizado, pois irão progressivamente se dispersando ao longo dos anos 70, o questionamento dos valores da sociedade de consumo, e a busca de uma vida alternativa, vão permanecer como fortes propulsores do movimento ecológico. O discurso ecológico oficial também se apropria dessa crítica, porém para inseri-la numa estratégia oposta. Oferece soluções onde se reconciliam preservação, qualidade de vida e o crescimento industrial.

O ano de 1972 pode ser considerado um marco na emergência do debate oficial sobre meio ambiente. Nesse ano foi publicado o estudo "Limites do Crescimento". Primeira pesquisa global, encomendada pelo Clube de Roma ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), sobre a dinâmica da expansão humana e o impacto da produção sobre os recursos naturais. Embora não seja um documento governamental, muito contribuiu para o discurso oficial. Alertando para a impossibilidade de se continuar no atual ritmo de crescimento, sob pena de um drástico esgotamento dos recursos naturais, deflagrou a crise ecológica no meio intelectual empresarial. Dupuy relaciona esse estudo à "ecologia do capitalismo", que define como "a integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista".<sup>4</sup> O autor mostra como o relatório Meadows está a serviço dessa estratégia:

"A sociedade comunicacional, ou capitalismo ecológico, resulta de uma dupla 'necessidade' a de para os países desenvolvidos, reorientar o seu crescimento para produções menos destruidoras e a de, para o capitalismo internacional, se 'relocalizar' na escala mundial. A estabilidade desse redobramento, o relatório Meadows mostra-o bem, exige uma cartelização geral, uma programação planetária da repartição e da utilização dos recursos minerais e energéticos, uma planificação das técnicas e dos preços: em suma, todos os elementos de um capitalismo concorrencial de não crescimento".<sup>5</sup>

(4) Dupuy, J. P. Introdução à crítica da ecologia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p. 16.

(5) *Idem.* p. 21.

Desta forma, operando dentro da lógica capitalista, esse estudo muito contribuiu, com seu caráter científico, para reforçar e ampliar as condições de credibilidade do discurso ecológico liberal.<sup>6</sup>

Ainda em 1972 realizou-se em Estocolmo a "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano". Foi promovida pela ONU, e contou com a participação de 110 países, além de representações de organismos especializados, e organizações não governamentais. A conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, é um importante marco do discurso ecológico oficial. Significa um momento de grande sistematização deste pensamento, que se materializa, não só numa interpretação muito peculiar das questões ambientais, como também no fomento a planos de ação. As orientações de Estocolmo tiveram repercussão a nível mundial, e serviram de referência à maioria dos programas, publicações, campanhas, e documentos governamentais nesse período. Dada sua importância, vamos analisar mais detidamente o discurso e os mecanismos de controle instituídos nesta conferência.

Foram aprovados em Estocolmo, um plano de ação, novos mecanismos dentro das Nações Unidas, um fundo para o meio ambiente, e uma declaração de princípios. O plano de ação resulta das 109 recomendações aprovadas, e define três diretrizes: 1) "Programa de vigilância mundial", destinado a avaliação de problemas ambientais internacionais; 2) Atividades de ordenação do meio ambiente, destinadas a aplicar os conhecimentos sobre meio ambiente, para poder conservar o que se considere desejável e evitar o indesejável; 3) Medidas de apoio, como educação, capacitação, informação pública e financiamentos que podem subsidiar cada uma dessas ações.<sup>7</sup> Criou-se ainda um mecanismo, dentro das Nações Unidas, de controle central das atividades relativas ao meio ambiente: "La preocupación mundial por los problemas ambientales, difusa hasta a hora entre una multitud de organismos especializados, será centralizada en un solo organismo (...) que servirá de foco de iniciación e coordinación de estas labores sin imponer directivas a otras organizaciones o gobiernos".<sup>8</sup> (grifo nosso)

Podemos notar desde já, que o estabelecimento de dispositivos de vigilância, ordenação e centralização, com respeito às práticas ecológicas, fica bastante evidente dispensando qualquer tipo de subterfúgio para se afirmar. Observemos ainda o texto de abertura dessa conferência: "A conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Tendo servido em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, tendo considerado a necessidade de um ponto de vista e de princípios comuns para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente proclama que (...)".<sup>9</sup> Neste enunciado, mais do que a introdução de um ponto de vista, articula-se um movimento eminentemente disciplinar que quer dirigir o olhar, tornar comum um lugar de onde se avista e se julga. À semelhança da torre no *Panóptico*, esse lugar é o lugar da verdade que o discurso oficial se atribue. É daí que falam as instituições inter-governamentais, e de onde se produz a legitimidade de um discurso que quer ser a fala do consenso mundial.

(6) O pensamento liberal tem sua origem no contexto da ascensão burguesa, e inaugura com a revolução francesa, uma sociedade organizada pelos interesses dessa classe emergente. Um dos suportes mais importantes do capitalismo, o liberalismo até hoje permanece com grande funcionalidade, um sistema de valores produtor de um saber e de um poder que naturalizam essa ordem. Para aprofundamento sobre as relações entre educação e pensamento liberal cf. Cunha, L.A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 7. ed, 1983. p. 25-60.

(7) Cf. ONU, Resultados de la Conferência de las Naciones Unidas para el medio humano. Estocolmo, traducción del comunicado de prensa, 1972. p. 2.

(8) Idem. p. 21.

(9) FBCN, Declaração da conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. In: O conceito de conservação. Belém, FBCN/SUDAM, 1976. p. 102.

É esse tom de verdade que vai naturalizar, no discurso ecológico oficial, a perspectiva liberal e os valores da sociedade industrial. O texto da declaração de princípios de Estocolmo é muito ilustrativo nesse sentido. Inicia com um elogio à técnica e ao progresso, atribuindo ao homem a responsabilidade de utilizar-se destes poderes para a destruição ou melhoria do meio ambiente:

"Na longa e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a um estágio em que através da rápida aceleração da ciência e tecnologia, o homem conquistou um poder de transformar seu meio ambiente de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes. Ambos os aspectos do ambiente do homem, o natural e o feito pelo homem, são essenciais para seu bem estar e para o gozo dos direitos humanos fundamentais - até mesmo o da própria vida".<sup>10</sup>

O poder de transformar o meio ambiente em escala sem precedentes não parece ser visto como uma dificuldade quanto à preservação, uma vez que ambos os aspectos do ambiente do homem (o natural e o feito pelo homem) são indispensáveis. A consideração genérica da ação transformadora do homem com relação ao meio, e as práticas concretas através das quais essa ação genérica se particulariza em nossa sociedade, são sobrepostas e naturalizadas. Algo como um impulso humano, inevitável e natural, dá sentido às práticas históricas, datadas, e, principalmente, intencionadas. Afinal, não há gratuidade ou destino natural nas decisões tecnológicas, e nos "avanços" científicos, como sugere o texto de Estocolmo:

"O homem tem de constantemente somar experiências e prosseguir descobrindo, inventando, criando, avançando. Em nosso tempo, a capacidade do homem de transformar o mundo que o cerca, se for usada sabiamente, pode trazer para todos os povos os benefícios do desenvolvimento e a oportunidade de melhorar a qualidade de vida. Se for aplicada errada ou inconsideradamente, esse mesmo poder é capaz de causar danos incalculáveis aos seres humanos e ao meio ambiente humano".<sup>11</sup>

A idéia de que o "homem tem de constantemente somar experiências e prosseguir descobrindo, inventando, criando e avançando", poderia noutro enunciado, ter um sentido completamente diverso - o que nos remete à questão do discurso enquanto blocos táticos. Neste contexto porém, esta afirmação concorre para dar como natural o avanço do modo de produção industrial. Trata a tecnologia como um poder neutro, que pode ser usado sabiamente ou erroneamente. Instalado assim, no mundo da igualdade e da liberdade, o discurso ecológico oficial faz um apelo à consciência dos homens, para que o mau uso seja evitado.

Outra generalização frequentemente evocada pelo discurso ecológico oficial, diz respeito à idéia do que seria o bom, uma meta de qualidade a ser alcançada, desejo consensual e "urgente" de todos os povos:

"A proteção e a melhoria do meio ambiente humano são um dos principais assuntos que afetam o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico em todo mundo; são o desejo urgente dos povos do mundo inteiro, e o dever de todos os governos".<sup>12</sup>

(10) FBCN, op. cit. p. 102.

(11) FBCN, op. cit. p. 102.

(12) FBCN, op. cit. p. 102.

Melhoria e bem-estar são usados como conceitos universais como se o bom, o melhor, tivessem um sentido unívoco. No entanto, o que é melhorar do ponto de vista desse discurso? O que é estar bem, ter uma vida de qualidade na sociedade de consumo? Sabemos como esses valores são manejados, afim de se tornarem signos de *status* e diferenciação social, associando-se a produtos, projetos, condutas, que precisam ser vendidas. Sabemos ainda como essa qualidade é fluída quando se trata da vida no terceiro mundo. Excluídos dessa cidadania planetária, os povos das nações em desenvolvimento, como eram chamados nos anos 70, deveriam crescer, alcançar a maioria política e econômica dos desenvolvidos. Só assim poderiam ingressar na sociedade do bem-estar.<sup>13</sup>

"Nos países em desenvolvimento a maioria dos problemas ambientais tem sua causa no subdesenvolvimento (...). Por conseguinte, devem os países em desenvolvimento dirigir seus esforços no sentido do desenvolvimento".<sup>14</sup>

O discurso ecológico oficial nomeia como bom, um certo modelo de desenvolvimento, e esta é sua medida para a melhoria e o bem-estar. Esse movimento de autoridade, que produz nomes e sentidos unívocos para frear a diversidade e a diferença, é apontado por Nietzsche em sua genealogia acerca das idéias de bem e de mal:

"(...) o juízo 'bom' não emana daqueles a quem se prodigalizou a 'bondade'. Foram os próprios 'bons', os homens distintos, os poderosos, os superiores que julgaram 'boas' as suas ações".

E mais adiante comenta que,

"(...) esse direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem, como um acto de autoridade que emana dos que dominam".<sup>15</sup>

Talvez advenha daí um certo "bom senso" que o discurso oficial apresenta. É curioso como essa racionalidade consensual, sobre a qual se assenta o discurso oficial, ao ser nomeada já se apresenta como um amálgama da noção de bom. É essa razão que se impõe à obediência, atribuindo a si mesma correção, competência e veracidade. O auto julgamento, que sustenta a suposta credibilidade desse discurso, remete mais uma vez, a origem desses juízos como afirmação de uma vontade de poder.

A propósito, Illich, em um artigo intitulado "Contra a produção do bem-estar", faz uma crítica aos programas ecológicos, promovidos pelos organismos intergovernamentais:

(13) Os subdesenvolvidos são agora devedores. Caminho percorrido ao longo dos empréstimos tomados para alcançar o prometido crescimento econômico. Contudo, para os devedores o bem-estar deve ser mais uma vez adiado, até que a dívida seja saldada. Desta forma, reitera-se na farsa da dívida, a farsa do bem-estar, do desenvolvimento e dos direitos universais, que afinal, não podem ser estendidos a todos os povos, numa engrenagem que se move justamente às custas da desigualdade.

(14) FBCN, op. cit. p. 103.

(15) Nietzsche, F. Genealogia da moral. p. 19.

"(...) se se procura promover uma eficácia contra a poluição e se, ao mesmo tempo se pretende manter a expansão industrial é necessário fixar novas regras e novas leis, pois é preciso fazer engolir a pílula, é preciso que as pessoas se submetam docilmente às frustrações que lhes são impostas, para chegar a resolver problemas que lhes ensinaram a fabricar. Para tornar aceitável esse controle político, batizam-no de 'iniciação aos problemas do meio ambiente'".<sup>16</sup>

Assim, identificando o seu projeto à noção de bom, o discurso ecológico oficial qualifica, e imprime juízos. Produz uma fala onde clama pela preservação do meio ambiente, comprometido de antemão com as regras do capitalismo industrial.

### 3 DO DESENVOLVIMENTISMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento empregado pelo discurso oficial nos anos 70, vem sendo questionado. As evidências históricas e as análises sociais apontam para o fracasso da promessa desenvolvimentista de solução dos problemas globais. Fala-se atualmente em desenvolvimento sustentável. Esse é o grande salto qualitativo, que podemos observar no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. Criada em 1983, a partir da Assembléia Geral da ONU, essa comissão publicou em 1987, como resultado de seus trabalhos, um relatório intitulado "Nosso futuro comum".<sup>17</sup>

Esse documento contou com a participação de governos, organizações não governamentais, e comunidade científica. Alinhado em certa medida ao discurso oficial e à Conferência de Estocolmo, apresenta uma análise bastante atualizada sobre as implicações entre desenvolvimento e meio ambiente.<sup>18</sup> Destaca-se, em sua proposta, a idéia de um desenvolvimento sustentável. Este conceito amplia a visão do desenvolvimento associado estritamente ao crescimento econômico. Considera custos sociais e ambientais em função de um planejamento global dos recursos. Dessa forma, a mútua determinação entre economia e ecologia é bem explicitada nesse trabalho.

"Nosso futuro comum" propõe uma reorientação das instituições financeiras chamadas multilaterais, como o Banco Mundial, o FMI, e os bancos de desenvolvimento regionais, no sentido de garantir que os projetos a serem aprovados sejam avaliados quanto aos impactos ambientais. Isto significa a adesão destas instituições, em seus programas de financiamento, ao projeto de desenvolvimento sustentável. É indiscutível a propriedade dessa estratégia. Essa tem sido uma luta dos movimentos ecológicos.<sup>19</sup>

(16) Illich, I. Contra a produção do bem-estar. In: As instituições e os discursos. Tempo Brasileiro, n. 35, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1974. p. 88.

(17) Cf. ONU, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

(18) Este documento situa a Conferência de Estocolmo dentro dos esforços pela cooperação internacional realizados pela ONU na década de 70: "A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, levou os países em desenvolvimento e os industrializados a traçarem, juntos, os 'direitos' da família humana a um meio ambiente saudável e produtivo". ONU, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. op. cit. p. XIII.

(19) Vide, por exemplo, a participação de Chico Mendes junto ao BID, em 1987. O relato desta experiência está em Chico Mendes. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores de Japurí, Conselho Nacional dos Seringueiros (CSN), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro Ecológico de Documentação e Informação (CEDI), jan. 1988 (edição especial). p. 8-9.

É sabida a enorme influência que instituições financeiras, como o FMI, exercem sobre as políticas de desenvolvimento do Terceiro Mundo. Se a comunidade financeira, que gerencia a dívida externa, contabilizar os custos ambientais, e negociar impondo como condição a preservação ambiental, resultará uma forte pressão, capaz de minimizar a acelerada destruição ambiental nos países endividados. Ainda que isso se passe dentro da racionalidade capitalista e em nada altere a hierarquia das relações internacionais, é um acontecimento favorável a curto prazo, ao qual poderiam agenciar-se, pelo menos temporariamente, os interesses alternativos.

Contudo, ainda que este documento faça análises elaboradas e aponte importantes estratégias de ação, cabe marcar seus limites, uma vez que não rompe fundamentalmente com o discurso oficial. Mantém em continuidade com este, a concepção liberal de um mundo organizado com base nas relações de cooperação internacional. Embora relacione as desigualdades, a pobreza e a crise do meio ambiente às relações de exploração entre os países, credita essa situação a uma conjuntura superável dentro deste modelo econômico. Exclue de sua análise, os conflitos e as relações antagônicas que determinam essa ordem internacional. Critica a ausência de uma política de cooperação nos últimos anos, mas aposta nessa possibilidade, como se esta dependesse apenas de uma decisão de vontade e da "boa fé" dos países.<sup>20</sup> O crescimento econômico a qualquer custo é redimensionado pelo desenvolvimento sustentável, no entanto, a ordem internacional onde este projeto deve ser implementado, é mantida:

"Os países em desenvolvimento, como já foi dito, precisam de um apoio financeiro muito maior de fontes internacionais para a restauração do meio ambiente, sua proteção e melhoria, e para poderem efetuar a necessária transição para o desenvolvimento sustentável".<sup>21</sup>

De alguma forma, nessa proposta os financiadores e os financiados permanecem. Embora mude a direção do desenvolvimento, a distinção entre quem deve guiar e quem deve ser guiado nesse percurso de transição é preservada.

As agências de financiamento internacionais são entendidas nessa perspectiva como:

"(...) os principais instrumentos pelos quais se dá a colaboração para o desenvolvimento entre países industrializados e em desenvolvimento (...). É imperativo que desempenhem um papel de liderança ao ajudarem os países em desenvolvimento em sua transição para o desenvolvimento sustentável. De fato, é difícil imaginar que esses países efetuem tal transição de modo eficaz e oportuno sem essa participação e essa ajuda".<sup>22</sup>

(20) Verificar na súmula dos Princípios Legais propostos para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, o item 14 - "Todos os estados devem cooperar mutuamente e de boa fé no sentido de um aproveitamento ideal dos recursos naturais além-fronteiras" e de uma prevenção ou amenização eficazes das interferências ambientais além-fronteiras, e o item 17 - "Os Estados de origem devem consultar, de boa fé e em tempo hábil, os demais Estados interessados em relação às interferências além-fronteiras, potenciais ou já existentes, no seu aproveitamento do meio ambiente ou de um recurso natural" (grifo nosso). ONU, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, op. cit. p. 390-391.

(21) Idem. p. 376.

(22) ONU, Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, op. cit. p. 376-377.

Ora, sabemos como a dívida externa opera na manutenção da dominação, instituindo relações de submissão a nível internacional, entre endividados e credores. Essa "ajuda" que financia o suposto desenvolvimento do Terceiro Mundo, funciona como uma reterritorialização das repartições de poder do globo. Desenha o novo mapa da colonização financeira. Nessa conquista de novos territórios de influência econômica, as agências de financiamento internacionais se assemelham mais à dispositivos de guerra, do que a instrumentos de ajuda e cooperação. Contudo, dentro da concepção do discurso oficial esta guerra não é enunciável, uma vez que tudo se passa sob a harmonia dos princípios comuns.

#### 4 SOB A REGÊNCIA DAS ABSTRAÇÕES

Para realizar a operação que associa, sob o signo da disciplina, a voracidade da ordem capitalística a um *socius* idílico e ecológico, o discurso oficial lança mão do dispositivo de generalização. Anulando as diferenças e funcionando na base das abstrações, articula conceitos genéricos que se tornam um alvo difícil para o embate, tão esvaziados se apresentam. Nietzsche chama atenção para esse esvaziamento quando se refere à formação dos conceitos, e à confecção das verdades, que submetem o homem moderno. Esse processo, que marca a formação da razão ocidental, é condição de possibilidade para a emergência de dispositivos como a generalização, no discurso ecológico oficial. O movimento de abstração e "esquecimento" que subjaz à produção das verdades, é reeditado na construção desta "verdade ecológica" descolada das imagens, do mundo corpóreo, das experiências múltiplas; para constituir o universo - ilusoriamente - autônomo, da razão conceitual. A generalização concorre para desmaterializar, ou como diz Nietzsche, liquefazer, dissolvendo a imagem em conceito. Desta maneira, produz-se uma fala bastante "razoável", porém vazia e impalpável.<sup>23</sup>

Uma vez que a linguagem e os juízos nela afirmados, são atos de autoridade, mais do que a mera expressão dos sentidos do mundo, cabe indagar pela vontade de poder que dá liga ao material semiótico, produzindo um discurso como o oficial. Sua natureza genérica e abstrata, torna-o compatível, num primeiro momento, com muitos outros discursos. Daí resulta seu caráter englobante, e a tentativa de homogeneizar, afirmando sobre a diversidade das falas que tematizam questões ecológicas, sua interpretação, sua vontade de poder. Uma vontade que podemos qualificar como reativa, na medida em que quer conservar um modo de funcionamento, uma regulação que domestica a vida, e a torna menor. Para isso é preciso submeter outras forças que nascem dos pontos de estrangulamento desse sistema, para despotencializá-las, pois representam a pulsação da diferença e do desejo não capturado.

Em sintonia com a ordem capitalística e os mecanismos disciplinares, que produzem os modos de relações humanas, fabricando uma relação com a natureza, com os acontecimentos, com o trabalho, etc., o discurso ecológico oficial participa da produção de uma subjetividade serializada. Desse lugar, a singularidade é sintoma de ruptura que ameaça a ordem totalizante. Daí a necessidade de abarcar toda diversidade desejanse num código administrável pelo poder:

"(...) tudo o que é do domínio da ruptura, da surpresa, da angústia, mas também do desejo, da vontade de amar e de criar deve se encaixar nos registros de referências dominantes. Há sempre um arranjo que tenta prever tudo o que possa ser da natureza de uma dissidência do pensamento e do desejo".<sup>24</sup>

(23) Cf. Nietzsche, F. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral p. 49.

(24) Guattari, F. & Rolnik, S. op. cit. p. 43.

Assim, podemos perceber como um certo niilismo, que perpassa a razão ocidental, está presente neste discurso sobre meio ambiente. Niilismo que anima a vontade da não diferença, do conforme, da paralização do desejo, ou seja, vontade de nada. Vontade reativa de conservar um modo de viver que se baseia na supressão, no esgotamento da vida. Assim como o ideal ascético "tem sua origem no instinto profilático de uma vida que se degenera", a vontade de nada, que anima a razão capitalística, quer preservar uma vida já exaurida.<sup>25</sup>

## 5 A DEFESA DA VIDA: UM ENUNCIADO TÁTICO

Considerando as diversas apropriações que podem ser feitas, não é possível aceitar qualquer univocidade entre aqueles que se levantam como defensores da vida. A defesa da vida é mais um enunciado tático, cujo sentido será dado pela estratégia que dele se apropriar. Retomando a Conferência de Estocolmo, temos um exemplo de como os termos natureza e desenvolvimento se equivalem, podendo ser substituídos um pelo outro, sem que se altere o sentido do enunciado. Os dois termos, referidos igualmente a preservação da vida, são apresentados como indispensáveis à existência humana.<sup>26</sup> Assim, o desenvolvimentismo, na versão ecológica oficial, não só deixa de ser um modelo predatório, como passa a ser instrumento "indispensável" à manutenção da vida, e a qualidade ambiental.

Enzensberger nos ajuda a pensar essa questão, quando discute os interesses do complexo econômico-industrial. Afirma que o Estado só intervém na questão ecológica, quando vê ameaçados os fatores que afetam a produção, quais sejam, sua base material - os recursos naturais - , e o fator produtivo humano - a força de trabalho. Portanto, os programas governamentais de proteção ambiental estariam referidos, em última instância, à proteção das condições de produção, que um meio ambiente em crise poderia afetar gravemente.<sup>27</sup> Assim, a associação da defesa do meio ambiente à manutenção do modelo econômico, que apontamos anteriormente, é literal, isto é, a proteção do meio é necessária para que sejam preservados os recursos materiais da produção e a força de trabalho. Portanto, os níveis de qualidade serão medidos pelas necessidades do modelo econômico, e não por um certo espírito altruísta, que muitas vezes quer caracterizar a convocação ecológica, no discurso oficial.

Enzensberger busca no processo de industrialização inglês, um curioso personagem, sir Edwin Chadwick, a quem ele nomeia como um típico precursor dos atuais ecólogos burocratas. Este defendia a melhora das condições de vida, para se obter uma maior produtividade e longevidade da força de trabalho. Mais curioso ainda é a filiação intelectual de Chadwick, discípulo de Jeremy Bentham. Bentham, apresentado como filósofo utilitarista de Estado e jurista, é a quem Foucault atribue a idealização do *Panóptico*. Ridgeway comenta essa ligação do atual discurso ecológico do Estado, com seus precursores, os benthamistas:

"La idea de proteger el medio ambiente y las técnicas que debiam haverlo possible fueron descubiertas por los bethamistas hace más de ciento cincuenta años, en

(25) Nietzsche, F. Genealogia da moral. p. 117.

(26) No texto da Conferência encontramos, tanto afirmações que enfatizam a preservação do meio ambiente, quanto afirmações que advogam o mesmo status de imprescindibilidade para o desenvolvimento econômico - que neste caso sabemos estar calcado no modelo capitalista industrial.

(27) Ver Enzensberger, H. M. Para una crítica de la ecología política. Barcelona, Editorial Anagrama, Cuadernos Anagrama, n. 80, 1973. p. 27-40.

defensa del capital industrial. El control, de la polución no se estableció con objeto de limitar el desarrollo industrial, antes al contrario como medio para asegurarlo y promoverlo".

Faz ainda um provocante comentário:

"La mayor parte de las reformas que se han implantado politicamente a lo largo de los ultimos años se hallan, por sus métodos, a un nivel inferior a lo que los benthamistas exigian hace un siglo".<sup>28</sup>

Resgata-se, desta maneira, um fio genealógico do discurso ecológico oficial, que aponta para sua emergência na defesa dos interesses ambientais, desde o início da revolução industrial. Isso amplia nossa compreensão sobre os efeitos normalizadores desse discurso no manejo do meio ambiente. A naturalização das relações sociais e políticas, através de sua identificação a um sistema regido por leis naturais, é uma das bases que sustenta esse agenciamento entre ecologia, indústria e Estado. Por isso, quando o discurso ecológico oficial faz a defesa da vida, não podemos tomá-lo pela aparente gratuidade de seu apelo, pois é essa mesma vida - seja na forma dos recursos naturais, seja na condição de força de trabalho humano - que o modelo industrial precisa domesticar, para seu máximo proveito.

## 6 O BIO-PODER E A PRODUÇÃO DO TERROR

A captura, pelo discurso oficial, do campo ecológico, representa a conquista de um importante ponto estratégico. Domínio que está fundamentalmente referido à vida - esse fluxo incessante sobre o qual investe maciçamente o poder disciplinar.

Diferenciando-se da autoridade do soberano, exercida diretamente sobre a vida de seus súditos, através da faculdade de lhes causar a morte, o poder disciplinar assume a função de gerir a vida. E é em nome da vida que o poder de morte vai ser evocado. Para Foucault:

"As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido, travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver (...). O princípio, poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se estratégica entre Estados; mas a existência em questão já não é mais aquela - jurídica - da soberania, é outra - biológica - de uma população".

Esse poder que

"(...) se exerce positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, e o exercício sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto",<sup>29</sup>

o autor chama de bio-poder.

(28) Ridgeway, J. *The politics of Ecology*, New York, 1971. p. 22. Citado por Enzensberger, H. M. op. cit. p. 30-31.

(29) Foucault, M. *História da sexualidade*; a vontade de saber. p. 129.

A investida disciplinar sobre a ecologia, valorizada como uma área de investigação, avaliação, e planejamento dos recursos vivos do planeta, está em sintonia com a expansão do bio-poder. Para além do acesso ao corpo e ao sexo, o bio-poder conquista no plano ecológico, o acesso a toda vida que pulsa no mundo. Não só a população humana, mas todas as espécies estão sob a sua guarda. Amplia-se assim o campo de gestão da vida. Planejar a produção, o consumo, a majoração e a escassez, sobre todos os recursos vivos, significa uma potencialização do bio-poder.

Regular a ação humana bastaria para, dentro de uma visão racionalista e antropocêntrica, controlar todo o mundo natural. No entanto, os efeitos do bio-poder não se limitam ao homem. O bio-poder não é "antropocêntrico" nesse sentido, mas extensivo, totalizante. Essa vontade de poder sobre a vida se agencia tanto à razão científica, produzindo ciências e tecnologias de gestão da vida, quanto se expande para além dos divisores que organizam o mundo em natural e humano. O bio-poder é tentacular. Estende seu braço racional, sem restringir-se às repartições que essa racionalidade impõe.

O discurso ecológico oficial opera dessa forma, como uma caixa de ressonância, que amplia o alcance do poder disciplinar. Ao administrar a crise ecológica, resignifica-a. O novo colonialismo é sobretudo, semiótico. O discurso oficial concorre para essa investida, produzindo através da ecologia, as condições de visibilidades sobre um território mundializado, onde o modelo capitalístico se afirma sobre as outras territorialidades.

A ordem capitalística sobrecofideifica as atividades, os sentimentos, os desejos e opera uma desterritorialização das relações dos homens com o mundo, produzindo territórios cada vez mais artificiais. Essa operação de sujeição não pode ser desvinculada de seu caráter violento, ainda que entre suas armas mais potentes, estejam a sedução e as promessas de felicidade. É preciso garantir o exercício do poder ao nível da produção desejante. É nesse sentido que a guerra - ou a sua simulação - servem tanto ao domínio de territórios geográficos, como à administração da subjetividade. Guattari fala desta

"(...) guerra-simulacro, que as grandes potências não param de colocar no mercado da mídia, fazendo a jogada dos grandes órgãos apocalípticos, e interditando finalmente todo o fluxo de desejo".<sup>30</sup>

O terror torna-se assim necessário para manter acuados os fluxos libertos pela desterritorialização. A produção de um espaço de medo fragiliza e torna o destino dos homens e do planeta dependentes das determinações capitalistas - o que contribui para manter a representação do capital como a grande instância provedora da vida e da morte.

Donzelot aponta para a necessidade de administração do terror pela ordem capitalista:

"(...) se a economia capitalista é efetivamente uma economia de guerra, só pode proceder por uma colonização sempre crescente do espaço terrestre, é preciso ver que implica uma administração do terror prospectivo que modifica radicalmente esse espaço. Para fazer reinar o medo é preciso criar um espaço do medo, tornar deste modo a terra inabitável".

O autor comenta ainda a destruição do habitat - que é a mais primitiva referência de territorialidade -

(30) Guattari, F. & Rolnik, S. op. cit. p. 195.

" A aparição do habitat era uma defesa, primeira forma de resistência à colonização. A sua atual destruição deixa-lhe apenas a função de refúgio, de esconderijo. Ora, não é somente através dos 'fluxos de pulhice' que o Estado produz este medo do espaço, mas tornando-o realmente, biologicamente inabitável".<sup>31</sup>

A previsão de catástrofes causadas pelos desequilíbrios ambientais, como a extinção das espécies, o esgotamento dos recursos naturais, ou ainda o debate sobre o nuclear, revestem a problemática ecológica, do terror e da destruição com que a vida está efetivamente ameaçada. No entanto, o manejo destas questões pode tanto estar a serviço de uma estratégia de afirmação da vida frente à ameaça de morte, quanto inserido numa estratégia de controle e restrição da vida. O discurso ecológico oficial, frente à vida ameaçada, se atribui a tarefa de controle dos recursos em colapso, consolidando uma posição de gestor da vida. Ilustra essa estratégia, um texto do então secretário geral da ONU, citado como epígrafe no Relatório Meadows:

"Não desejo parecer excessivamente dramático mas, pelas informações de que disponho como secretário geral, só posso concluir que os membros das Nações Unidas dispõem talvez de 10 anos para controlar suas velhas querelas e organizar uma associação mundial para sustar a corrida armamentista, melhorar o ambiente humano, controlar a exploração demográfica e dar às tentativas de desenvolvimento o impulso necessário, se tal associação mundial não for formada dentro dos próximos 10 anos, então será grande o meu temor de que os problemas que mencionei já tenham assumido proporções a tal ponto estonteadoras que estarão além da nossa capacidade de controle".<sup>32</sup>

Em nome da urgência, e de uma crise que de fato ameaça a existência humana, o discurso oficial ecológico se torna um aliado "natural" dos interesses dos empresários do Clube de Roma. Porém não é a defesa, mas a normalização da vida que está em jogo, sua regulação de acordo com as necessidades do desenvolvimento econômico. Foucault já aponta para esse dispositivo, quando relaciona o bio-poder às necessidades do capitalismo:

"Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos".<sup>33</sup>

Dessa forma, observamos como o bio-poder se exerce na estratégia do discurso ecológico oficial, seja legitimando como imprescindíveis práticas predatórias que são inerentes ao capitalismo, ou ainda veiculando o desejo de salvar essa mesma vida ameaçada. Produz a destruição e capitaliza ainda mais respondendo ao medo da destruição, como instância de controle apaziguadora. Desterritorializa o meio ambiente, deteriorando-o, e ao mesmo tempo reterritorializa um planeta em colapso, que precisa ser reconduzido ao caminho da norma.

(31) Donzelot, J. Uma anti sociologia. In: Carrilho, M. M. (org.). Capitalismo e esquizofrenia; dossier anti-Édipo. Lisboa, Assírio Alvim, Cadernos peninsulares, Nova Série, ensaio 20, 1986. p. 179.

(32) Meadows, D. L. op. cit. p. 13.

(33) Foucault, M. História da sexualidade; a vontade de saber. p. 132.

## 7 TBILISI: UM PROJETO EDUCATIVO

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, no ano de 1977, reitera os princípios estabelecidos em Estocolmo, operacionalizando-os no âmbito da prática educativa.

Para o discurso ecológico oficial, o indivíduo é o grande responsável pelo futuro do planeta, dependendo apenas de seu "livre" arbítrio, a condução das questões ambientais. A Conferência de Estocolmo já alertava que os objetivos por ela propostos, dependiam da:

"(...) aceitação de responsabilidade pelos cidadãos e pelas comunidades, pelas empresas e pelas instituições em todos os níveis, todos compartilhando equitativamente dos esforços comuns. Os indivíduos em todas as condições de vida bem como as organizações em muitos setores, por seus valores e pela soma de seus atos, modelarão o ambiente mundial do futuro".<sup>34</sup>

O indivíduo responsável que esse discurso afirma, resulta da visão liberal de sociedade. Nesta concepção o indivíduo é a célula do organismo social, e a sociedade resulta da soma de seus atos, portanto os interesses majoritários conduzirão a história. Resta então um apelo aos indivíduos e às instituições - que também são tratadas atomizadamente - para que cada um deles tome consciência e se comprometa com a causa ambiental.

Nesta perspectiva, os danos ambientais são atribuídos à "ignorância ou indiferença".<sup>35</sup> A superação destes problemas, e o alcance dos objetivos de preservação ambiental, devem ser obtidos pelo conhecimento e conscientização. Tudo se passa na esfera da vontade individual. Nesse contexto, a educação vai ser considerada uma prática de fundamental importância, através da qual será possível moldar o futuro e as ações. Toda a preocupação modelar, vai recair sobre a prática educativa, que deve inculcar valores, comportamentos e atitudes, como está posto nas recomendações de Tbilisi sobre os objetivos da educação ambiental:

"Un objetivo fundamental de la educación ambiental es lograr que los individuos y las colectividades comprendan la naturaleza compleja del medio ambiente (...) y adquieran los conocimientos, los valores, los comportamientos y las habilidades prácticas para participar responsable e eficazmente en la prevención y solución de los problemas ambientales y en la gestión de la calidad del medio ambiente".<sup>36</sup>

"(...) fomentar aquellos valores éticos, económicos y estéticos, que constituyen la base de una autodisciplina, favorezcan el desarrollo de comportamientos compatibles con la preservación".<sup>37</sup>

(34) FBCN, op. cit. p. 104.

(35) "Atingiu-se um ponto na história em que devemos moldar nossas ações no mundo inteiro, com mais prudente atenção a suas consequências ambientais. Pela ignorância ou indiferença, podemos causar danos maciços e irreversíveis ao ambiente terrestre de que dependem nossa vida e bem-estar. Ao contrário, por um conhecimento maior e por atos mais pensados, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade uma vida melhor em ambiente que esteja mais de acordo com as necessidades e esperanças do homem" (grifo nosso). FBCN, op. cit. p. 103.

(36) UNESCO, La educación ambiental; las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris, 1980. p. 73.

(37) UNESCO, La educación ambiental; las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris, 1980. p. 74.

"(...) inculcar nuevas pautas de conducta en los individuos, los grupos sociales y la sociedad (...)"<sup>38</sup>

Estes objetivos falam de um modelo de cidadania, que a educação ambiental deve imprimir aos indivíduos e coletividades. Uma cidadania planejada, formal, e bem comportada. Pois está referida aos limites de uma democracia liberal. Enzensberger chama atenção para esse aspecto:

"Ahora pueden reclamarse medidas concretas toda vez que no existe ya peligro alguno que de alguna forma pudiera ser tomadas en serio: freno del crecimiento demográfico, retrodesarrollo económico, racionamiento draconiano; todos son medidas oferendadas por la razón moral ilustrada y llevadas a la práctica de forma y modo liberal y pacífico, a fin de que no lesionen entereses y privilegios ni promuevan cambios en el sistema socioeconómico".<sup>39</sup>

A qualidade do meio ambiente pode ser invocada sem risco de que esses cidadãos participantes possam realmente mudar algo de fundamental, uma vez que o seu limite de ação já está dado *a priori*, pelo consenso dessa "razão moral ilustrada", de que fala Enzensberger. Corresponde a essa cidadania um cidadão que se quer formar. A subjetividade que o discurso oficial precisa é bem descrita numa passagem da Conferência de Estocolmo, onde se afirma:

"Há amplas perspectivas para a melhoria da qualidade ambiental e a criação de uma vida sadia. Precisa-se de um estado de espírito entusiástico, mas calmo e de trabalho intenso, mas ordenado".<sup>40</sup>

O sujeito dos "atos mais pensados"<sup>41</sup> deve possuir uma regulação bastante precisa de seus investimentos desejantes. Atribui-se a ele um conjunto de qualidades onde a moderação parece ser a palavra chave. A intensidade é temida, pois a cada termo que expressa um aumento do investimento desejante (entusiasmo e trabalho intenso), segue-se um moderador (calmo e ordenado), contrapondo-se e freando o primeiro movimento. Essa economia do desejo é tipicamente capitalística: libera os fluxos desejantes para sobrecondicá-los em seguida. Precisa do desejo para incitar ações, porém em doses precisas para que não perca o controle sobre essa força perigosa. É no registro da moderação que deve funcionar o cidadão do discurso oficial.

A educação ambiental proposta em Tbilisi apresenta, em vários aspectos, um caráter disciplinar. E é com esta implicação que a Conferência recomenda aos Estados membros que "Desarrollen el enfoque sistemático al analizar y ordenar los ecosistemas naturales y humanos".<sup>42</sup> Produzir este olhar que deve ordenar o mundo, através da análise sistemática, é a tarefa destinada à educação ambiental. Isto significa por em funcionamento, na prática educativa, um dispositivo de repartição (análise) e rearticulação (síntese), que produza novas territorialidades. A educação é convocada para difundir esses

(38) Idem (37) p. 75.

(39) Enzensberger, H. M. op. cit. p. 79.

(40) FBCN, op. cit. p. 103-104.

(41) Cf. nota 36.

(42) UNESCO, op. cit. p. 78.

entendimentos", promovendo assim o alinhamento necessário à manutenção de um ponto de vista comum - conforme já estabelecera Estocolmo. A territorialidade que se produz aqui é a de um planeta ordenado segundo o olhar da razão e da ciência, formado pela soma de ecossistemas, onde as relações sociais são sobrecodificadas pelo modelo das interdependências ecológicas. Assim, quando se postula como propósito fundamental para educação ambiental: "mostrar con toda claridad las interdependências económicas, políticas y ecológicas del mundo moderno (...)",<sup>43</sup> é o modelo natural que se insinua no plano social. Quando a economia ou a política são consideradas, trata-se de inserí-las nesse modelo, onde as dimensões sócio-políticas da vida, são regidas pelas leis comuns à toda organização sistêmica do planeta. Isso resulta na naturalização da vida social, ou biologização, como chamamos anteriormente. Recurso do qual já se utiliza há muito a teoria liberal.<sup>44</sup>

A sobreposição da interdependência biológica aos fenômenos sociais, está em continuidade com as práticas disciplinares de normalização da vida. Estas operam estabelecendo regras naturais - portanto normas - , em relação às quais qualquer transgressão será quantificada pelos graus da anomalia, do patológico, e do erro.<sup>45</sup>

O discurso da norma supõe sua identidade com a verdade. Trata-se da educação ambiental "ayudar a los alumnos a descubrir los sintomas y causas reales de los problemas, ambientales."<sup>46</sup> (grifo nosso). O educador, neste enunciado, é aquele que pode, de um lugar privilegiado, apreender as "causas reais" e ensiná-las, como se ensinam as verdades científicas. Apesar de estar freqüentemente associada a métodos não diretivos, na linha da escola nova, a educação ambiental proposta no discurso oficial, se insere numa estratégia disciplinar. É significativo que esta prática educativa se preocupe com a formação de dirigentes na área ambiental. Isso se explicita no texto da Conferência de Tbilisi quando, depois de discorrer sobre os objetivos, recomenda sua realização através da:

"Formación de dirigentes en el campo del medio ambiente;  
Elaboración de programas de estudios escolares compatibles con las necesidades del medio a nivel local, regional y mundial;  
Preparación de los libros y obras de referencia científica necesarios al plan de estudios mejorados;  
Determinación de métodos e medios pedagógicos (...), a fin de explicar y popularizar os planes de estudio y proyectos ambientales".<sup>47</sup>

Como ilustra o texto de Tbilisi, a produção de um campo de saber está associada à formação de especialistas que lhe correspondem. No caso do discurso oficial, este "corpo técnico" deve operar a

(43) Idem (42) p. 74.

(44) É sabida a apropriação que o liberalismo faz da teoria evolucionista. O discurso liberal pleiteia uma base instintual para as relações capitalistas, como a livre concorrência, exploração da força de trabalho, etc. Quer significá-las como efeitos de impulsos inerentes à espécie humana, o que resulta na consideração do capitalismo como um estágio superior da evolução.

(45) Foucault caracteriza as disciplinas justamente pela função normalizadora, que marca sua ruptura com o modelo da soberania: "as disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica, derivada da soberania, mas o da regra 'natural', quer dizer da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização". Foucault, M. Soberania e disciplina. In: Microfísica do poder. p. 189.

(46) UNESCO, op. cit. p. 76.

(47) UNESCO, op. cit. p. 79.

nível intergovernamental e governamental, conduzindo as questões ambientais de acordo com a perspectiva oficial. Isso aponta para uma estratégia de vigilância e normalização, cujos guardiões já não operam pela força, mas tem a seu favor o constrangimento da verdade e do saber instituídos.

### CAPÍTULO 3

#### O DISCURSO ECOLÓGICO ALTERNATIVO

Ainda que o discurso ecológico oficial pretenda ser a palavra totalizante, e dar conta de toda a discussão ambiental, alinhando-a a uma interpretação racionalista, cientificista e liberal, não significa que consiga de fato responder aos impasses que estão aí colocados. A crise ecológica pode ser reduzida a uma equação solucionável com medidas tecnológicas, novos sentimentos para com a natureza, cooperação internacional, etc., como faz o discurso oficial, no entanto essa não é a única interpretação a significar o acontecimento ecológico. Atravessa esse campo um questionamento que entende as atuais dificuldades como uma crise muito maior, que põe em questão todo o modo de vida da civilização ocidental.

Essas duas interpretações não esgotam a diversidade das tendências, mas marcam os dois principais pontos de referência entre os quais se constitui o leque das muitas propostas ecológicas. Cada uma delas podendo combinar singularmente elementos dessas matrizes discursivas. O campo constituinte dos discursos ecológicos abriga, dessa forma, uma disputa de territórios de afirmação, onde cada interpretação concorre para veicular um desejo e uma vontade de poder antagônicos. O discurso ecológico oficial tende a recuperar as principais indagações do discurso ecológico alternativo, desterritorializando-as para em seguida reterritorializá-las dentro de uma ótica de sobrevivência do sistema. Isto é, opera soluções como quem reajusta uma engrenagem para lhe dar melhores condições de funcionamento, afirmando sempre a viabilidade deste modo de produção. Contudo, sua promessa de controle e apaziguamento, mobiliza, remove, mas não cumpre afinal o prometido. É nessa fenda, nesse encaixe imperfeito que se engasta o discurso ecológico alternativo, como um vírus que pode descompassar a megamáquina<sup>1</sup> significa uma força de ruptura que ameaça em sua diferença irreconciliável, a coesão homogeneizante do discurso oficial.

É no âmbito dessa luta de forças que podemos situar o discurso ecológico alternativo, como aquele que está ligado principalmente aos setores do movimento ecológico que empreendem uma crítica radical ao modo de produção industrial. Contrapõe a esse modelo, um outro projeto de sociedade baseado em modos não predatórios de produção, bem como uma outra ética das relações entre os homens.

#### 1 O MOVIMENTO ECOLÓGICO E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O anseio por essa mudança alimenta uma luta anti-disciplinar, onde as práticas alternativas trazem à luz a face política da questão ambiental. O movimento ecológico não é uma força solitária nessa direção. É importante compreendê-lo a partir do conjunto dos chamados novos movimentos sociais. Neste âmbito, encontramos uma vasta discussão que avalia esses novos movimentos no contexto da crise das re-

(1) Este conceito é utilizado por Huber quando se refere ao conjunto do sistema industrial. Ver Huber, J. Quem deve mudar todas as coisas: as alternativas do movimento alternativo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 115 e 142. Lago também se refere à megamáquina atribuindo-lhe sentido semelhante, e indica Lewis Mumford como o autor desse termo. Ver Lago, P.F. A consciência ecológica: a luta pelo futuro. Florianópolis, UFSC, 1986. p. 49.

lações sociais e políticas. Com um referencial sociológico e antropológico, essas análises valorizam o movimento ecológico, assim como o movimento negro, das mulheres, homossexuais e outros, por sua importância cultural. Vêm neles novos atores políticos, envolvidos na transformação dos valores e comportamentos da sociedade contemporânea. Essa visão rompe com as análises tradicionais que privilegiam os movimentos da classe operária, valorizando o eixo da contradição capital-trabalho como o suporte principal da transformação social.

Vários autores criticam as análises tradicionais, e concordam com a necessidade de uma caracterização menos monolítica do Estado, assim como de uma apreciação das contradições internas dos movimentos sociais.<sup>2</sup> Durham, numa perspectiva antropológica entende os movimentos sociais como uma forma específica de mobilização popular, com espaço próprio diferente do ocupado por sindicatos e partidos, mas não inferior a estes.<sup>3</sup> A heterogeneidade quanto a base de classe desses movimentos sociais não permite que sejam explicados estritamente como um fenômeno de luta de classes. A autora considera que a partir de carências comuns, esses movimentos promovem a reivindicação de direitos sociais, e que, essa transformação de necessidade em direitos, coincide com a construção coletiva de uma nova cidadania.<sup>4</sup>

Evers, por sua vez, destaca o caráter "novo" desses movimentos. Afirma que o seu potencial relaciona-se à renovação de padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos do cotidiano, penetrando a micro estrutura da sociedade. Esses movimentos sociais são novos em relação à política tradicional, buscam identidade autônoma e recusam todas as formas de tutela. Para o autor, o elemento "novo" destes movimentos consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social onde o poder não é fundamental.<sup>5</sup> Nun também ressalta o poder revolucionário dos novos movimentos na rebelião da vida cotidiana. Mostra como a partir dos setores oprimidos, o cotidiano torna-se um fato político. O autor entende por setores oprimidos as minorias étnicas, as mulheres, os homossexuais, e outros que, transgredindo os rituais de discricção e boa conduta, exigem serem ouvidos.<sup>6</sup>

Sherer-Warren fala do caráter libertário e da crítica à cultura política tradicional que empreendem esses movimentos. Define os novos movimentos sociais como aqueles que, mais próximos das concepções anarquistas, realizam uma crítica ao autoritarismo da cultura política tradicional, procurando estabelecer novas formas de organização e luta. Situa o surgimento destes movimentos nos contextos de complexificação da sociedade industrial. Com a internacionalização deste modo de produção e o desenvolvimento da comunicação de massa, internacionalizam-se também os modelos culturais e

(2) Sobre essas questões ver Silva, L.A.M. & Ribeiro, A.C.T. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? In: ANPOCS. Ci-ências sociais hoje. São Paulo, Cortez, 1985; e Cardoso, R.C. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: Almeida, M.H.T. & Sorj, B. (org.), Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983.

(3) Durham integra à visão de cunho mais sociológico e político - a partir de "fora" - em que o significado dos movimentos sociais é dado segundo sua relevância para a ação partidária, sua relação com o Estado, etc.; a dimensão antropológica - a partir de "dentro" - que se preocupa com o significado dos movimentos sociais para aqueles que dele participam.

(4) Cf. Durham, E.R. Movimentos sociais, a construção da cidadania. In: Novos estudos Cebrap, São Paulo, (10): 24-30, out. 1984.

(5) Evers coloca 4 teses para se compreender a contribuição histórica desses movimentos: 1) seu potencial transformador não é político, mas sócio-cultural; 2) a direção desta remodelação contra-cultural de padrões sociais constitui uma "face oculta" utópica desses movimentos; 3) os aspectos centrais da construção contra-cultura dos novos movimentos sociais podem ser entendidos a partir da dicotomia alienação-identidade. Esses movimentos dirigem-se contra alienação enquanto tal e sob todos os seus aspectos visando uma sociedade libertária. Como contraposição à alienação está a identidade, mas para encontrá-la é necessário haver estruturas não autoritárias, o que faz com que esses movimentos coloquem a necessidade de reavaliação da democracia; 4) paralelamente à emergência de um projeto alternativo, os novos movimentos sociais geram os embriões dos sujeitos correspondentes. Cf. Evers, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 2(4): 11-23, abr. 1984.

(6) Cf. Nun, J. La rebelión del coro. Leviatán Madrid, (1):85-94, inverno, 1982.

desterritorializam-se<sup>7</sup> os movimentos sociais, que já não apresentam um caráter estritamente local e específico. Pertencem ao mundo da *midia* e tematizam questões estruturais do mundo contemporâneo, como o centralismo do poder, o perigo nuclear ou a devastação ecológica, tanto nos países capitalistas como socialistas.<sup>8</sup>

Guattari (1986) por sua vez valoriza os movimentos sociais alternativos justamente pelo que eles têm de ruptores do consenso e da subjetividade produzida pela *midia*. Na sua avaliação, os grandes partidos e os sindicatos buscam obter consenso, igualar opiniões. Já os movimentos alternativos não se caracterizam pela busca do consenso, mas por uma intervenção que o autor qualifica como analítica. Esses movimentos funcionam como "pequenos analistas sociais", na medida em que produzem acontecimentos e não fenômenos de consumo. Essa ruptura desencadeia processos de singularização, produzindo novas referências para se entender diferentemente uma situação. "Não se trata de gerar um modelo com o qual a sociedade inteira vá se identificar".<sup>9</sup> Neste sentido, "os movimentos alternativos não buscam capitalizar nem um poder, nem um saber, mas permitir que possam proliferar, na sociedade, novas formas de organização, novas maneiras de conceber as relações entre a vida cotidiana, a economia do desejo, etc."<sup>10</sup>

## 2 MOVIMENTO ECOLÓGICO: LIMITES E POSSIBILIDADES

A partir desse conjunto de análises, podemos vislumbrar o contexto dos movimentos sociais, onde a questão ecológica emerge enquanto um acontecimento singular. Os traços que destacamos como característicos desses movimentos, são a ruptura e a formação de valores dissidentes. Trazendo questões antes não formuladas, abrem linhas de mudança e vislumbre de um outro projeto social, de uma nova cultura política. Criando novas referências, novos universos de entendimento, produzem inusitados olhares e flagram desejos que o alinhamento disciplinar quer capturar. Concordamos com Guattari quanto à avaliação de que os pontos de dissidência que se operam, seja em relação à raça, à sexualidade, ou às relações com a natureza, significam processos de singularização instalados no seio do movimento homogeneizador.

Uma vez estabelecido esse quadro mais geral acerca dos novos movimentos sociais, gostaríamos de destacar o movimento ecológico na sua especificidade, e tecer algumas considerações sobre seus limites e possibilidades.

Oliveira caracteriza o movimento ecológico a partir da crítica à racionalidade do modelo industrial. Aponta para sua origem no fracasso das promessas de prosperidade e bem estar de um projeto civilizatório, baseado na razão científica e na onipotência humana. Conclui assim que a crise do meio ambiente natural é a crise das relações sociais. E o movimento ecológico, ao levantar a bandeira da sobrevivência humana e do planeta, denuncia o caráter nefasto do sistema de normas que regulam a vida individual e coletiva.<sup>11</sup>

(7) A autora usa a expressão desterritorializar, sem no entanto associá-la ao conceito de Deleuze e Guattari. Toma essa palavra para expressar a não fixação dos novos movimentos sociais a um território específico (país, continente, etc.), mas sua livre circulação por diversos territórios; uma vez que seguem o fluxo de internacionalização da *midia*. Cf. Scherer-Warren, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Boletim de Ciências Sociais. Florianópolis, (35): 35-53, UFSC, dezembro, 1984.

(8) Scherer-Warren, I. op. cit. p. 35-39.

(9) Guattari, F. As novas alianças: movimentos sociais e movimentos alternativos. Desvios, Rio de Janeiro, (5): 31-44, mar. 1986. p. 34.

(10) Idem. p. 41.

(11) Cf. Oliveira, R. D. Os movimentos sociais reinventam a educação. Educação e Sociedade, São Paulo, CEDES/Cortez, (8): 33-73. jan. 1981.

Dupuy também apresenta a ecologia no sentido amplo, como uma crítica global e radical do modo de produção industrial. Faz um breve histórico do movimento ecológico na França onde, de 1969 a 1973, este se apresenta disperso entre as diversas práticas mais ou menos efêmeras que surgiram após 1968. O autor descreve essa conjuntura pós 68 - caracterizada pela crítica da vida cotidiana e da sociedade de consumo -, destacando o surgimento das comunidades rurais alternativas, a propagação de tecnologias doces, a ação da Internacional situacionista junto ao movimento estudantil, organização de agrupamentos locais e associações de proteção à natureza. Ainda neste período a pressão da opinião pública força a criação de um ministério do meio ambiente e qualidade de vida. O autor pontua o ano de 1973 como a grande chance do movimento ecológico, mas também a fonte de sua atual fraqueza. Foi 1973 o ano da crise do petróleo, onde grande parte dos países europeus resolve intensificar o investimento nos programas nucleares. A contestação organiza-se então em torno do nuclear. Sobre esse ponto Dupuy pondera que, se o combate antinuclear tem o mérito de dar identidade a contestação ecológica, tem lhe custado, por outro lado, o preço de uma excessiva polarização em torno desse único tema. A partir de 1974, e principalmente após 1976, os ecologistas europeus entraram na política. Na França René Dumont se candidata à Presidência da República. Embora sem chances eleitorais, sua campanha deflagra uma outra concepção de política, baseada na discussão sobre como organizar nossa vida em comum. Em 1977, nas eleições municipais, os candidatos ecologistas alcançam, em Paris, 10 % dos sufrágios e, a partir desse momento, o tema "verde" passa a integrar os programas dos partidos tradicionais.<sup>12</sup>

Viola introduz uma importante discussão sobre a emergência do movimento ecológico no mundo e, principalmente, sistematiza o caminho percorrido por esse movimento no Brasil. Aponta para a década de 70 como o despertar da consciência ecológica no mundo, quando os problemas resultantes do crescimento econômico começam, pela primeira vez, a serem percebidos como um problema global. Outro aspecto que marca esse período é a crise do marxismo, o que vai dar ao movimento ecológico uma conotação particular de herdeiro e crítico dessa tradição filosófica.

"Os movimentos são parcialmente herdeiros da cultura socialista e particularmente da crítica marxista e da ética utilitarista. O ecologismo critica o utilitarismo não apenas nas relações ao interior da sociedade (como o faz o marxismo) mas também e fundamentalmente nas relações sociedade-natureza (...). Trata-se de movimentos portadores de valores e interesses universais que ultrapassam as fronteiras de classe, sexo, raça e nação".

O autor considera ainda que a própria crise ecológica levanta um questionamento profundo ao marxismo na medida em que "a teoria do valor-trabalho supõe a infinitude dos recursos materiais e a natureza como um objeto passivo desprovido de valor".<sup>13</sup>

No Brasil, Viola indica o aparecimento do movimento ecológico a partir de 1974. Com a política de distensão do Governo Geisel e o conseqüente afrouxamento dos controles estatais sobre a organização civil, houve uma conjuntura que favoreceu esse acontecimento. O autor destaca 3 períodos na história do movimento ecológico brasileiro:

(12) Cf. Dupuy, J. P. op. cit. p. 22-26.

(13) Viola, E. O movimento ecológico no Brasil; do ambientalismo à ecopolítica. In: Pádua, J. A. (org.), Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987. p. 69.

### 1) De 1974 a 1981 - Fase Ambientalista

Caracterizada pela existência de dois movimentos paralelos autoidentificados como apolíticos: os movimentos de denúncia da degradação ambiental e as comunidades alternativas rurais.<sup>14</sup> Em 1974, após o período Médici, observa-se o crescimento da AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - na sociedade gaúcha. Verifica-se também o surgimento de associações ecológicas na região Sul e Sudeste, destacando-se o Movimento Arte e Pensamento Ecológico, em São Paulo.<sup>15</sup> A eficácia das lutas ecológicas nessa etapa é baixa: "a degradação ambiental não é detida e muito menos revertida, mas a percepção da degradação ambiental aumenta na sociedade". O autor pontua a "significativa ecologização da mentalidade de contingentes qualitativamente importantes da população" como o principal ganho nessa fase; o que contribuiu para o desenvolvimento subsequente da prática ecologista.<sup>16</sup>

### 2) De 1982-1985 - O Ecologismo em Transição

O autor caracteriza esse período pela

"(...) confluência parcial e politização explícita progressiva dos dois movimentos acima assinalados [denúncia da degradação ambiental e comunidades alternativas], além de uma grande expansão quantitativa e qualitativa de ambos".<sup>17</sup>

Nos anos que vão de 1982 a 1985 opera-se uma mudança crucial na orientação do movimento ecológico. A grande maioria dos militantes, antes resistentes a qualquer tipo de envolvimento político-partidário, torna-se favorável à participação no processo eleitoral, apoiando candidatos que surgem no interior do movimento ecológico.<sup>18</sup>

(14) Para um melhor entendimento sobre o que eram as comunidades alternativas, e o que significaram para o movimento ecológico, ver: Gabeira, F. Vida alternativa: uma revolução do dia a dia. Porto Alegre, L & PM, 1985.

(15) Viola demarca nesse período os principais avanços do movimento ecológico: 1978 - publicação da revista Pensamento Ecológico, pelo Movimento Arte e Pensamento Ecológico; 1979 - volta do exílio de esquerdistas como Gabeira e a introdução de valores pós-materialistas na cultura de massas; Movimento de Defesa da Amazônia que alcançou repercussão em todo país; experiência da "Equipe Dirceu Carneiro", em Lages - SC, começa a adquirir impacto nacional - embora não identificada como parte do movimento ecológico era orientada por valores pós-materialistas; 1980 - são publicados os livros de Lutzemberger "Fim do Futuro?", "Manifesto Ecológico Brasileiro", e "Pesadelo Atômico", as primeiras reflexões globais e sistemáticas sobre a crise ecológica brasileira. Ainda nesse ano ocorre a polêmica sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha, fomentado principalmente pelo AGAPAN, e põe em questão a produção energética neste modelo civilizatório. Cf. Viola, E., op. cit. p. 87-94.

(16) Viola, E. op. cit. p. 90.

(17) Idem. p. 81.

(18) Viola analisa a conjuntura sócio-política do movimento ecológico, que favoreceu essa mudança de posicionamento: "Várias transformações ocorreram no tecido social do movimento ecológico entre 1982 e 1985 que explicam a radical mudança de posição política: proliferam entidades nas cidades médias dos seis estados do Sul-Sudeste; o número de ativistas por entidades e o número de entidades e o número de simpatizantes cresceu consideravelmente; os ecologistas penetraram no interior de muitas associações de moradores de classe média; em algumas áreas e cidades industriais iniciou um diálogo e interinfluência entre o movimento ecológico e o sindicalismo operário; o movimento ecológico começou a penetrar estruturalmente no estudantado universitário; influência do movimento ecológico, no Sul, nos movimentos dos "sem terra" e contra as grandes barragens. Mas, a transformação fundamental foi na mudança do padrão de atuação do ecologista: o movimento de pura denúncia foi sendo substituído pela formulação de estratégias que levaram em consideração fundamentalmente a eficácia pontual da luta". Viola, E. op. cit. p. 99.

### 3) 1986 - Ecopolítica

Este ano marca o início de uma etapa de efetiva politização das propostas ecológicas, com a organização dos militantes ecologistas partidariamente e a participação ativa desses setores na arena parlamentar. Em janeiro de 1976 é fundado o Partido Verde no Rio de Janeiro, e em abril já está articulada a coligação PT-PV, com a candidatura de Gabeira a governador. Em março de 1986 é fundado o PV em Santa Catarina, cujos representantes, nas eleições, saem nas legendas do PCB e PDT. Há um forte consenso com respeito à necessidade de intervir no processo constiuinte nesse período.

Embora o movimento ecológico venha crescendo nos últimos anos, e potencializando seu poder de intervenção na sociedade, é preciso considerar alguns de seus limites e desafios. Uma questão importante para o movimento ecológico hoje é a necessidade de expandir sua penetração para além dos setores médios da sociedade, conquistando o âmbito das lutas populares. Isso significaria integrar o horizonte ecológico, de uma vez por todas, no imaginário social que concorre para a formulação de um projeto de futuro. Pois, a construção de um novo modelo social só se viabilizaria quando a referência ecológica se constituísse num juízo crítico, hegemônico na sociedade. A ampliação das reivindicações imediatas só vai se impor à medida em que a luta ecológica tornar-se uma transversalidade. Isto implica numa percepção da rede de fatores que sustenta as carências imediatas e a baixa qualidade de vida, e numa posição mais solidária e menos antropocêntrica na avaliação das necessidades atuais de crescimento e planejamento do futuro. É necessário penetrar o conjunto das práticas sociais, para que se produza uma nova matriz de referências e de ações, um novo território. Coloca-se ainda a questão da via pela qual se conduz essa luta, os resultados alcançados até agora, e a direção dos projetos alternativos.

Huber faz uma avaliação dos resultados dos projetos dos movimentos alternativos.<sup>19</sup> Relativiza seu potencial de transformação efetiva do modelo econômico. Considera-os, para esse fim, limitadamente adequados, pelo fato de acabarem funcionando como estabilizadores sociais. Observa que os projetos alternativos, dentro do contexto do Estado social, operam muitas vezes como agências paraestatais que amparam o sistema na medida em que substituem suas instituições básicas que estão em crise. Assim, conclue que:

"(...) os projetos alternativos representam menos uma 'infra-estrutura política' do que uma nova e especial forma de fazer política: a política da revolução pela raiz, na qual se realiza uma política alternativa ou, se se quiser, uma alternativa política".<sup>20</sup>

O autor situa os efeitos do movimento alternativo na esfera da reconstrução da vida social, mais do que numa mudança imediata de sistema político e econômico. Embora possamos questionar essa divisão entre a vida e a política, nos parece que o autor está referido à diferença de finalidade e eficácia desses movimentos, em relação aos objetivos revolucionários tradicionais. É nesse sentido que entendemos sua afirmação de que: "antes de servirem a uma reforma do sistema, servem os projetos alternativos e o que deles decorre, a uma reforma geral da vida".<sup>21</sup>

(19) Huber não identifica alternativo à ecológico. Entende o movimento alternativo como um não unitário, mas diverso e abrangente, onde se articulam influências de vários movimentos de contestação, entre eles o ecológico. Sobre isso ver Huber, J. op. cit. p. 35.

(20) Idem. p. 70.

(21) Idem. p. 78.

### 3 O DISCURSO ECOLÓGICO ALTERNATIVO E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA

Como vimos, o discurso ecológico está frequentemente identificado com um contexto mais amplo de enunciação que diz respeito à vida, ao planeta, à "revolução pela raiz"... Mas é Viola quem mais trabalha essa questão, associando a idéia de um novo paradigma, ao projeto ecológico. Segundo o autor "a visão da vida humana que o movimento ecológico traz significa um ponto de ruptura na história do pensamento e do senso comum do ocidente: constitui-se num novo paradigma".<sup>22</sup> Também nessa perspectiva Capra chama atenção para a crise de civilização que vivemos, onde o modelo cartesiano - sustentáculo da cultura ocidental - encontra-se esgotado, colocando em risco toda a organização dos saberes, das práticas, e até mesmo a própria sobrevivência concreta dos homens. É nesse ponto crítico do ocaso de um sistema, que aponta para o surgimento de um novo paradigma que resgata os valores negados pela tradição racionalista, como a única forma de operar um salto qualitativo neste fim de século. O autor entende os movimentos de contra cultura, entre os quais situa o movimento ecológico, como representantes desse novo paradigma emergente.<sup>23</sup>

Análises como essas partem da concepção de que a crise contemporânea põe em cheque todo um sistema mundial. Estão se deteriorando a biosfera e a sociedade humana que nela se estabeleceu. É esse grande organismo vivo, planetário, que corre o risco de extinção. Nesse sentido Lutzenberger adere ao termo *gaia* para nomear esse ser vivo, único, onde "somos apenas células de um de seus tecidos, um tecido que hoje se apresenta canceroso, mas que, oxalá, ainda tem cura".<sup>24</sup> O autor explica a origem desse termo a partir da necessidade de se ampliar o conceito de ecosfera:

"A ecosfera não é um sistema homeostático, químico-mecânico. O planeta Terra é um ser vivo, (...) o nome *gaia* foi proposto, por William Golding, escritor, e lançado por Lovelock e Margulis. É o nome que os antigos gregos, em sua cosmovisão bem mais holística que a nossa, davam à deusa Terra".<sup>25</sup>

As idéias de crise de civilização, mudança de paradigma, doença de *gaia*, guardam diferenças entre si e não podem ser consideradas como uma mesma fala.<sup>26</sup> No entanto, são interpretações que guardam um nível importante de aliança, no sentido de dimensionarem a crise ecológica como uma crise mundial, planetária que, por vez, demanda uma solução igualmente global. Encontram-se na encruzilhada de uma nova era, propõem novos sentidos para a vida, não fazendo restrições inclusive a inserção de elementos espiritualistas e religiosos em seu projeto de mudança. A mística pode ser integrada a essa nova forma de conhecer o mundo, sem que isso implique em conflito, uma vez que é justamente o referencial

(22) Viola, E. op. cit. p. 73.

(23) Capra, F. O ponto de mutação. São Paulo, Cultrix, 1982. Ver também do mesmo autor O Tao da Física. São Paulo, Cultrix, 1983.

(24) Lutzenberger, J. Gaia. In: Lewgoy, F. Política e meio ambiente. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986. p. 24.

(25) Idem. p. 23.

(26) Existem diferenças entre essas concepções. Capra dá mais ênfase à crise da ciência moderna, e a necessidade de um novo paradigma de conhecimento, baseado numa concepção holística do universo. Viola trata da crise de todo um sistema planetário, material e espiritual. O autor se nomeia pós-materialista, no sentido de não reduzir a crise apenas à esfera do sistema político ou ao modo de produção, mas referi-la à questão mais ampla da sobrevivência. Lutzenberger e outros ecologista que adotam o termo *gaia*, querem pontuar uma abordagem holística do conjunto biológico e social onde estamos inseridos, marcando assim uma ruptura com a posição antropocêntrica.

científico e materialista que se quer superar.<sup>27</sup> A propósito, Viola vai chamar de pós-materialismo essa orientação do projeto ecológico que faz do valor de sobrevivência - respeito aos sistemas vivos e resistência à destruição da vida - o fundamento necessário para a construção e legitimação de um novo sistema de valores sócio-políticos.<sup>28</sup>

Um importante acontecimento que se afirma nessa direção é o agenciamento dos movimentos ecológico e pacifista. Bahro se refere ao eixo comum que une esses movimentos:

"(...) a proteção à vida é um princípio fundamental de escopo infinito. Assim, a luta contra a guerra e a corrida armamentista é uma consequência natural de uma orientação ecológica, um desenvolvimento orgânico de sua posição básica. Aqui deveria estar o solo geral e a caixa de ressonância do movimento pacifista. A salvação do nosso planeta e de nossa espécie requer o desmantelamento sistemático de todas as estruturas que ameaçam a vida".<sup>29</sup>

Essa aliança em torno da vida traz à luz o principal interlocutor desses movimentos: a ameaça de morte. Coloca-os frente ao dispositivo exterminista que, como uma máquina de guerra atravessa todo o campo social, marcando uma lógica e uma vontade de destruição, intimamente relacionados à produção industrial.<sup>30</sup> Bahro aponta a indústria moderna como "a primeira pré-condição para a corrida armamentista" e situa o extremismo "enraizado nos próprios fundamentos deste sistema e em suas forças motrizes mais íntimas".<sup>31</sup> Tudo isto revela a face bélica de nossa civilização, que produz a guerra permanente, ou a

(27) Sobre essa questão ver o interessante comentário de Landin sobre a articulação entre religiosidade e ecologia: "a idéia de que não adiantam - ou mesmo não são possíveis - transformações sociais e políticas mais amplas, sem que haja transformações mais profundas na maneira de ser e de pensar individuais, dadas pela nossa civilização, liga-se com o conjunto de atividades voltadas para o equilíbrio do corpo e da mente, onde têm lugar práticas religiosas espiritualistas e 'alternativas', grupos de meditação de práticas corporais orientalistas etc. Daí o fato de constarem legitimamente, nas listas de entidades reconhecidas como 'ecológicas', associações dedicadas a esses tipos de atividades. Se o universo 'a serviço do movimento popular' liga-se às igrejas, o ecológico parece preferir as 'seitas'. Landin, L. Sem fins lucrativos: as organizações não governamentais no Brasil. Rio de Janeiro, Cadernos do ISER (20), ISER, 1989. p. 61.

(28) Para um maior esclarecimento desse conceito ver Viola, op. cit. p. 76.

(29) Bahro, R. Uma nova abordagem para o movimento pacifista na Alemanha. In: Thompson, E. (org.), Extremismo e guerra fria. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 104.

(30) Extremismo é um conceito introduzido por Thompson, um dos líderes do movimento pacifista inglês: "O exterminismo designa aquelas características de uma sociedade - expressas em diferentes graus, em sua economia, em sua política e em sua ideologia - que a impelem em uma direção cujo resultado deve ser o extermínio de multidões". Numa analogia com o imperialismo e o militarismo que se fundam em bases institucionais efetivas e a partir daí, ampliam sua influência para outras áreas da vida, o autor explica o exterminismo como "uma configuração desse tipo cuja base institucional é o sistema de armamentos e todo o sistema de apoio econômico, científico, político e ideológico a esse sistema de armamentos - o sistema social que o pesquisa, o "escolhe", o produz, o policia, o justifica e o mantém vivo". Thompson, E. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: \_\_\_\_\_ (org.), Extremismo e guerra fria. São Paulo, Brasiliense 1985. p. 43-44.

(31) Bahro, R. op. cit. p. 99.

preparação para a guerra - que em última instância são a mesma engrenagem funcionando.<sup>32</sup>

Diante desse quadro, surge um campo de intervenção desses movimentos que não pode ser remetido à luta revolucionária tradicional. Trata-se de um novo paradigma orientando a ação política. Isso fica muito claro numa fala onde Bahro afirma que:

"(...) a percepção de que o impulso para eliminação, para a auto-extinção da humanidade, repousa nos próprios fundamentos de nossa civilização industrial e se difunde por toda a estrutura de sua economia, ciência e tecnologia, de seu aparato político e sua sociologia e psicologia, é hoje de tal importância imediata que a perspectiva socialista fica em segundo lugar, devendo, de qualquer modo ser redefinida".<sup>33</sup>

Contraopondo a ecologia política ao pensamento democrático radical que marcou a contestação dos anos 60, Viola sublinha a mudança de concepção sobre o homem e a sociedade, que se operou de lá para cá. Mostra como o eixo liberdade/opressão dá lugar a uma visão mais pessimista e menos antropocêntrica, que redefine o valor democracia pelo valor ecologia, e se coloca em função do eixo vida/morte.<sup>34</sup>

Landin em recente trabalho de catalogação das organizações não governamentais no Brasil, reconhece essa visão ecopolítica nas ONGs ecológicas que pesquisou:

"(...) o mundo das ONGs ecológicas embarca em grande medida, na corrente dos debates que vêm pensando as questões sociais contemporâneas em termos de crise da modernidade, de crise dos paradigmas de uma civilização - onde portanto, oposições clássicas no jogo político, como esquerda/direita, socialismo/capitalismo, são redefinidas ou mudam de lugar".<sup>35</sup>

O discurso alternativo investe para influir, mudar, causar rupturas. Por isso não quer repetir velhos modelos já acomodados. A transformação pretendida deve ser integral, uma vez que são as repartições paralizantes que se quer desarmar. Daí o caráter universalista de algumas propostas, bem como a necessidade de afirmar a diferença em relação aos partidos tradicionais. Algumas falas do PV ilustram essa tendência:

(32) A essa perpetuação da guerra Virilo denomina Guerra Pura. Uma "guerra que não é desempenhada por repetição, mas por preparação infinita". Para o autor esse processo gera uma inflação, um hiperdesenvolvimento dos setores militaristas em detrimento da sociedade civil: "essa preparação infinita, e o advento da logística, acarreta o não desenvolvimento da sociedade, no sentido do consumo civil", e dessa forma, conclue que o problema real a ser enfrentado pelo pacifismo é a máquina de guerra enquanto máquina de não desenvolvimento da sociedade, mais do que um possível confronto entre os blocos capitalista e socialista. Virilo, P. & Lotringuer, S. Guerra Pura: a militarização do cotidiano. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 90 e 115.

(33) Bahro, R. op. cit. p. 101.

(34) Para ampliar essa discussão ver também o artigo de Galtung, onde ele traça um perfil das políticas verdes, e as diferencia das óticas liberal (azuis), socialista (vermelhos), e facista (pardos). Galtung, J. Los Azules y los Rojos, los Verdes y los Pardos: uma avaliação dos movimentos políticos alternativos. Florianópolis, Boletim de Ciências Sociais, UFSC, (34): 1-39, jul.-set. 1984.

(35) Landin, L. op. cit. p. 59.

"Temos que exercitar projetos políticos cada vez mais planetários, menos sectários e exclusivistas, se queremos de verdade a continuação de nossa espécie nesse planeta. Para esse trabalho de mobilização é preciso começar a partir das realidades de cada comunidade, suas condições de vida, suas pressões, sempre pensando globalmente como cidadãos planetários, mas agindo localmente, apostando na proposta alternativa participativa e ecológica do Partido Verde, mais que um partido nos moldes estabelecidos, uma força libertária, um projeto de vida politicamente viável e urgente".<sup>36</sup>

O Projeto Verde traz ainda na sua "força libertária", a questão da autonomia como um dos principais eixos organizadores de seu discurso. Castoriadis desenvolve uma discussão onde aborda precisamente esse ponto, onde afirma que:

"O movimento ecológico apareceu como um dos movimentos que tendem para a autonomia da sociedade (...). No movimento ecológico trata-se em primeiro lugar, da autonomia em relação a um sistema técnico-produtivo".<sup>37</sup>

Contudo reconhece a amplitude da luta ecológica:

"(...) mas é absolutamente certo que o movimento ecológico, pelas questões que levanta, ultrapassa de longe esta questão do sistema técnico-produtivo, e compromete potencialmente todo problema político e todo problema social".

Considera ainda que:

"(...) uma sociedade autônoma, não implica somente a autogestão, o autogoverno, a auto-instituição. Ela implica outra cultura, no sentido mais profundo desse termo implica um outro modo de vida, outras necessidades, outras orientações da vida humana".<sup>38</sup>

A autonomia que pretende o projeto ecológico atravessa vários níveis. Vai desde uma nova maneira de produzir bens e serviços, até a ruptura com este modo de fabricação social dos sujeitos. Aponta uma nova maneira de ser, um outro campo de possibilidades para a constituição de um novo sujeito. A propósito desse projeto, Castoriadis formula uma pergunta fundamental: "será que os humanos têm a capacidade e principalmente a vontade de se autogovernar (digo principalmente a vontade, pois a meus olhos a 'capacidade' não constitui verdadeiramente um problema)? Será que querem verdadeiramente ser senhores de si mesmos?"<sup>39</sup> Essa indagação traz a questão central que é a do investimento de desejo, a escolha, que deve necessariamente sustentar o plano de uma sociedade ecológica. Uma vez que

(36) Berna, V. Desafios que precisamos enfrentar. In: Partido Verde; proposta de ecologia política. Rio de Janeiro, Anima, Coleção Anima Verde, v. 1, 1986. p. 28-29.

(37) Castoriadis, C. & Cohn-Bendit, D. Da ecologia à autonomia. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 25.

(38) Idem. p. 29.

(39) Idem.

não existe um homem essencial aprisionado pelo sistema, que a ecologia vem libertar. O projeto ecológico não é bom em si mesmo, e nem está fundado sobre nenhum absoluto, mesmo quando se refere à vida. Não é a salvação unânime, embora esteja circunscrito na esfera da sobrevivência. À semelhança do ideal do homem superior de Nietzsche, implica afinal, na morte de uma organização que sustenta a vida hoje. Quer o fim de um mundo, mesmo quando clama pela preservação.

Ao avaliar os ideais revolucionários e seus projetos de futuro, Castoriadis se interroga:

"(...) nenhuma sociedade, nenhum movimento estivera, afinal de contas, à altura de nossos desejos e nossas necessidades. Então, de duas uma: ou nossos desejos e nossas necessidades são falsos ou há aí um problema. Esse problema não sei como resolvê-lo, eis porque quero discutí-lo. Mas, se há esse problema é pois que há não somente descontinuidade, mas ritmos totalmente diferentes em uma mesma sociedade".<sup>40</sup>

Coloca-se aí, mais uma vez, a questão da diferença e dos valores conflitantes. O campo onde se dá a opção ecológica é o campo do encontro de forças de desejos que investem projetos diversos. Não é a veracidade ou a falsidade desses desejos que estão em questão, mas antes concepções díspares. A vida que se afirma no ideal ecológico não coincide com a vida "ganha" no dia a dia da megamáquina. Isso ilustra a tensão dos "ritmos totalmente diferentes" que correm no mundo, e o produzem à sua semelhança. O território planeta Terra não é unívoco. Nesse sentido a idéia de um projeto salvador, verdadeiro, intrínseco ao processo histórico ou à evolução humana, não é possível e nem eficaz. Não há um futuro necessário, ou uma única saída, mas uma correlação de forças, um confronto de escolhas, sempre dinâmico e imprevisível, que vai modelando o planeta e seu futuro desde já.

#### 4 AS TERRITORIALIDADES EM LUTA E A EDUCAÇÃO

"O imaginário do homem pode pensar a idéia de um mundo a construir, sobre a ordem de um mundo a superar" - Carlos Brandão (Lutar com a palavra).<sup>41</sup>

As escolhas, inclusive as que se referem ao meio ambiente, estão sempre referidas a projetos sociais. Expectativas de mundos diversos produzem o conflito das interpretações sobre o que se passa, o que é necessário, e o que podemos fazer. Como nos mostra Nietzsche, toda força é produtora de valores, e se há uma luta de forças, o mesmo se dá na disputa das interpretações e dos valores.<sup>42</sup> Produzir uma nova territorialidade é investir nessa disputa por um outro imaginário social, por uma nova percepção do planeta. A utopia encontra aqui um lugar fundamental na condução das ações concretas e imediatas. Castoriadis define muito bem o sentido da utopia na prática ecológica:

"(...) a ecologia faz renascer a relação, esquecida e escondida, da sociedade com a utopia - utopia compreendida como desejo de mudança e horizonte de nossa atividade, sem que se prejulgue a respeito da possibilidade de materialização efetiva dessa mudança".<sup>43</sup>

(40) Castoriadis, C. & Cohn-Bendit, D. Da ecologia à autonomia. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 35.

(41) Brandão, C. R. Lutar com a palavra. Rio de Janeiro, Graal, 2a. ed, 1985. p. 13.

(42) Sobre essa idéia cf. Nietzsche, F. Genealogia da moral.

(43) Castoriadis, C. & Cohn-Bendit, D. op. cit. p. 8.

Assim, o real e o utópico, o atual e o desejável, se mesclam numa teia de possibilidades, e de ações imbuídas de vontade e de ousadia, que acabam por reverter posições estabelecidas.

Podemos ver nos movimentos ecológicos um campo educativo onde se trava essa luta por uma nova territorialidade, um outro saber, e uma nova correlação de forças. Entendemos por campo educativo os aspectos político-pedagógicos que emergem da prática social, gerando um conjunto dinâmico de valores, saberes e concepções. Constitui-se com um limite próprio, relativamente diferenciado, mas sempre profundamente articulado com a totalidade desta prática. Assim, é nas ações ecológicas - sejam elas reivindicatórias, de denúncia, organizadas partidariamente ou não - que o movimento ecológico educa. Produz outros sujeitos sociais, cidadãos que se vêem portadores de novos direitos.<sup>44</sup>

Essa face pedagógica não pode ser dissociada dos movimentos sociais, na medida em que estes se constituem como práticas que articulam uma ação organizada, e um entendimento do mundo correspondente. Seja um projeto imediato ou utópico, há sempre uma outra ordem como horizonte. Na sua própria operacionalização já constituem um aprendizado. Grzybowski, em uma avaliação das lutas no campo, destaca três fatores acerca dos aspectos político-pedagógicos desse movimento:

"Enquanto espaço de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar a elaboração da identidade social, a consciência de seus direitos e reivindicações. Finalmente, em terceiro lugar, a apreensão crítica de ser indivíduo, de suas práticas e representações sociais e culturais".<sup>45</sup>

Ainda que se refira aos trabalhadores rurais, essa dimensão político-educativa é comum a todos os movimentos sociais. E aí reside, sem dúvida, uma dimensão importante de sua eficácia, de seu poder de transformar.

O movimento ecológico alternativo, mesmo tendo um perfil diferenciado por não se constituir em movimento de classe e sustentar amplas reivindicações, não é uma exceção no que se refere à dimensão educativa de sua organização. Para além do processo político-pedagógico intrínseco à sua constituição como movimento social, tem ainda uma especificidade, define-se pela busca de um modelo alternativo. Isto implica em uma produção de conhecimentos bastante própria. Os ecologistas, quando se opõem ao modo de produção existente, e buscam formas não predatórias de produzir e administrar recursos, empreendem pesquisas, debates, mobilizam a opinião pública, desencadeiam acontecimentos. Disso decorre uma intensa produção de conhecimento em várias áreas, que formulam novas concepções sobre o homem e suas relações com o meio. No seu desejo de reinventar o mundo, não cessam de emergir dos movimentos ecológicos, novas tecnologias, novas propostas para organizar a produção, outras formas de pensar a cidade e a vida urbana, enfim, todo um conjunto de saberes que se confrontam com as formas

(44) Pudemos ver recentemente no processo de discussão sobre a constituinte, um exemplo disso. O debate em torno das questões ecológicas levantava a necessidade de uma ampliação da cidadania, e da invenção de novos direitos sociais. Minc fala sobre a extensão desse debate: "O leque das propostas ecopolíticas vai desde a democratização dos meios de telecomunicação e a existência das rádios livres, até o fim dos subsídios para o complexo industrial militar. Muitas dessas propostas se confundem com a ampliação da cidadania, com a invenção de novos direitos, com a ampliação das liberdades e da autonomia. Minc, C. A ecopolítica na Constituinte. In: Partido Verde: propostas de ecologia política. p. 41.

(45) Grzybowski, Cândido. Pedagogia das lutas no campo. In: IV Conferência Brasileira de Educação. Goiânia, 2-5 set. 1986. Anais da IV CBE. São Paulo, Cortez, v. 2, 1988. p. 941-952.

instituídas de gerir a vida. O que esse movimento quer destituir com seu saber alternativo é a cultura estabelecida, tão voraz e predatória quanto o próprio sistema industrial. Aposta numa nova era, numa outra cultura, sustentada pelos valores ecológicos.

Contudo, contrasta com essa ação amplamente educativa e produtora de saber, intrínseca à prática social e política dos movimentos ecológicos, uma certa apropriação da educação por alguns desses movimentos. Muitas vezes, a educação é identificada como uma estratégia privilegiada de produção de valores e atitudes que se quer difundir. Ainda que este não seja um argumento falso em si mesmo, torna-se questionável, na medida em que a ação educativa é tomada como prática isolada, em detrimento de sua inserção no conjunto da prática social global. Desta forma, atribui-se a ela privilégio sobre as demais no que tange à sua participação no processo de transformação social. Essa noção é responsável por uma grande expectativa quanto ao alcance dos programas educativos. É praticamente consenso no discurso ecológico, tanto no oficial quanto no alternativo - que curiosamente não divergem nesse ponto - , a necessidade de se investir em atividades de educação seja a nível formal ou não formal.

Viola descreve a expectativa ecológica para o Primeiro Mundo como sendo a que:

"(...) um processo de educação ambiental generalizada (que implicará uma forte reestruturação na distribuição de poder na sociedade) tornaria possível e provável a incorporação por parte da grande maioria da população de valores pós materialistas com o conseqüente auto controle na satisfação das necessidades materiais"<sup>46</sup> (grifo nosso).

Nesta afirmação se explicita uma certa inversão, onde a educação aparece como determinante na "reestruturação da distribuição do poder". Isso revela a idéia de que a educação preside a mudança social como se as relações de poder que organizam a sociedade pudessem ser decorrentes da ação educativa.

Huber traça um curioso perfil do movimento alternativo - que podemos estender ao movimento ecológico - , ao fazer um levantamento dos projetos que aí se encontram.

Constata que:

"(...) 45% dos projetos visam à informação e a educação no sentido estrito; 20% servem ao lazer e divertimento; 25% são serviços físicos-psíquicos para a reprodução dos indivíduos, apenas 9,5% servem à reprodução do orçamento doméstico (alimentos, instalações, transportes) e apenas 0,5% fornecem meios de produção para outros projetos (como por exemplo: tipografia, aproveitamento de sucata, aconselhamento fiscal)".<sup>47</sup>

Assim temos um maciço investimento (45%) na informação e educação, contra um pequeno percentual de projetos (0,5%) voltados à estrutura concreta necessária ao suporte das práticas alternativas. Será que, ainda aqui, se reproduz a velha divisão que privilegia o intelectual ao material e atribue à "instrução" uma natureza mais elevada, que às práticas materiais imediatas? É interessante observar resquícios desses

(46) Viola, E. op. cit. p. 72.

(47) Huber, J. P. op. cit. p. 71.

(pré) conceitos justamente no campo que se quer alternativo, que pretende desterritorializar essas repartições. Afinal, a supervalorização da educação revela a divisão e a hierarquia que organizam um mundo onde o pensamento preside a ação, e se constitui fora dela.

Contra essa visão de mundo, podemos invocar Foucault que aponta para a continuidade indivisível entre as práticas, os saberes e os discursos. E, principalmente mostra que se há hierarquia, não é entre esses níveis, mas sim com relação ao poder. Se há um primado, é o do poder sobre o saber. O campo dos saberes é sem dúvida importante, produz enunciados e visibilidades, isto é, faz ver e dizer; portanto modela o mundo, cria entendimentos. Não é o caso de ignorar sua importância na construção de um novo projeto para a sociedade. No entanto a produção de saber se organiza a partir do nível das forças que constituem o poder e sua estratégia. Deleuze nos dá um exemplo da situação de primazia e implicação mútua, em que se inscrevem as relações entre saber e poder:

"Por exemplo, se se procura determinar um *corpus* de frases e de textos para deles se extrair enunciados, não se pode fazê-lo senão circunscrevendo as redes de poder (e de resistência) da quais esse *corpus* depende. É isso o essencial: se os relacionamentos de poder implicam as relações de saber, estas, em contrapartida, supõe aqueles".<sup>48</sup>

Desta maneira, a opção pela educação como instrumento principal de mudança contém um certo equívoco. Os valores não podem ser construídos pedagogicamente e difundidos didaticamente em programas educativos. Os valores se constroem nas práticas e nos saberes reciprocamente implicados. E mais do que isso, são contextualizados numa rede singular de poder que lhes confere um lugar de significação. Assim, produzir valores é se engajar nas práticas que disputam, muito concretamente, no dia a dia da vida social, o acesso ao imaginário social, e à produção dos saberes. A educação não está fora desse movimento. É também uma prática social, engajada num momento histórico e numa formação de poder. E é desse lugar que engendra uma produção particular de saber. No entanto, esse saber não é mais legítimo que outros, uma vez que não estamos falando de um saber formal, organizado em conteúdos. Nesse sentido, todas as práticas geram saber e portanto, são educativas. Movimento semelhante se dá na direção inversa: não há saber que não produza um efeito na prática social. Queremos afirmar, com isso que, saber e prática, pensamento e ação, estão intimamente implicados e não podem ser desconectados das relações de poder. Para ilustrar essa trama de relações entre saber e poder, podemos recorrer a Foucault, quando ele fala sobre o discurso:

"(...) é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder".<sup>49</sup>

A educação - enquanto formação discursiva e prática social - ocupa esse "instável" lugar. É efeito e causa do poder. Pode ser cúmplice ou resistência, mas estará sempre implicada numa estratégia, seja esta a do poder estabelecido ou não. Uma vez que não há exterioridade entre saber e poder, como nos mostra Foucault. Nem por isso o autor deixa de estabelecer o poder como organizador do discurso, e causa pressuposta do saber, uma vez que, como já apontamos anteriormente, para além de sua mútua implicação, o saber encontra-se ao nível das formas, enquanto o poder é uma articulação de forças.

(48) Deleuze, G. Foucault p. 112.

(49) Foucault, M. História da sexualidade: a vontade de saber. p. 97.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de apontar aqui algumas linhas de força que foram se evidenciando no curso desta análise. São tendências, impasses e agenciamentos, que merecem ser pontuados, tendo em vista a complexa trama de enunciados e visibilidades que compõem o acontecimento ecológico. Interessa-nos assim, destacar aquilo que é visto nas falas ecológicas, a perspectiva que está sendo produzida, no limite desses discursos. Partindo de seus efeitos de visibilidade, pudemos verificar algumas posições subjetivas aí designadas. Isto é, uma vez que os discursos ecológicos sustentam um falado e um visto, prescrevem igualmente um lugar de onde se fala e se vê, atribuível a qualquer sujeito possível. Pretendíamos portanto, apoiando-nos na trilha dos enunciados, discutir esse percurso de produção de um saber e um poder. Um cognoscível que constitui o sujeito e seu campo de ação - fala e olhar, simultaneamente produzidos na materialidade do acontecimento discursivo.

Nesse sentido, pudemos observar alguns pontos de aproximação entre o discurso ecológico oficial e o discurso alternativo. Um deles diz respeito à produção de um sujeito-predador, que se constitui como destinatário da educação ambiental, valorizada nos dois discursos como uma via primordial de ação. Reside nesta prática educativa - ainda que formulada diferentemente no contexto de cada discurso - , grande parte da expectativa, de que a aquisição de uma consciência ecológica pode mudar o rumo das relações predatórias do homem com o meio ambiente. Outro movimento comum que detectamos é a ampliação das questões ecológicas para o plano mundial. Cada vez mais as questões locais passam a ser referenciadas à rede de relações globais que constitui o ecossistema planetário. Problemas que atingem a biosfera são discutidos com a mesma urgência e proximidade de um acidente regional. Mesmo porque já é bastante visível a cadeia de relações que liga muitas dessas ocorrências locais (por exemplo, queima de combustíveis, desmatamento) a efeitos globais (por exemplo, o efeito estufa). No entanto, seja devido à gravidade dos problemas ecológicos que atingem proporções planetárias, seja porque vivemos um estágio internacionalizado das relações de produção, a dimensão planetária se coloca como uma nova territorialidade, tanto na luta ecológica alternativa quanto nas práticas oficiais.

Com relação ao discurso ecológico alternativo, vale destacar pelo menos dois traços de subjetividade produzidos na afirmação de seus valores fundamentais. A partir da proposta de um novo paradigma, baseado na autonomia e na sobrevivência, surgem no campo alternativo duas posições subjetivas, que denominamos sujeito-senhor de si mesmo e sujeito-reverente. Frutos da crítica à modelização e à razão antropocêntrica, essas posições configuram em sua interseção, um projeto ao mesmo tempo libertário e reverente, marcando a singularidade do campo alternativo.

## 1 ENTRE O OFICIAL E O ALTERNATIVO: POSSÍVEIS CONVERGÊNCIAS E PROVÁVEIS DIVERGÊNCIAS

Ainda que produzam visões muito distintas do fato ecológico, esses discursos afirmam, na sua diferença, alguns pontos comuns. Certa associação entre ecologia e educação permanece suposta em ambas as estratégias. Ainda que com uma função preponderantemente disciplinar no discurso oficial - que em maior grau reduz a questão ecológica à educativa - , não deixa de aparecer também no discurso alternativo. Justaposta à crítica política que esse último empreende, a idéia de que a solução dos problemas passa pela educação, permanece intacta. Como vimos no capítulo anterior, a esperança na educação ambiental como instrumento de mudança e o investimento majoritário em projetos educativos, mostram uma forte expectativa do campo alternativo em relação à educação.

O que gostaríamos de problematizar, são os efeitos dessa aposta na educação, que supõe, afi-

nal, um sujeito que deve ser educado. Não estaria aí, a emergência, na distância entre o oficial e o alternativo, de mais um sujeito a ser capturado? Não seria este sujeito-predador, aquele que deve ser responsabilizado pela destruição do meio ambiente, sobre o qual devem incidir os programas de educação, a fim de que adquira finalmente uma "consciência ecológica"?

A idéia de um sujeito-predador é frequentemente evocada nos discursos ecológicos. Não é raro ver responsabilizados indivíduos e populações pelos problemas ambientais. Assim, enquanto os discursos seguem se combatendo na disputa pela significação do acontecimento ecológico, cria-se paralelamente a necessidade de uma consciência ecológica como finalidade da educação. Isto permite, mais uma vez, a produção de um sujeito pontual e responsável que pode ser culpabilizado. O que permanece à sombra, numa espécie de segundo plano difuso, são as práticas políticas econômicas impessoais. São práticas públicas, mas inconfessáveis, que não podem ser atribuídas a uma pessoa, uma população ou um estadista. Operam no registro anônimo dos dispositivos de poder. Poderíamos citar, como exemplos, as grandes barragens; a exploração intensiva dos solos pela monocultura e a economia de exportação; a produção bélica; as usinas nucleares; e tantas outras práticas predatórias em grande escala, conjuntamente bancadas pelo capital nacional e internacional.

Juntamente com a produção bélica, mas não restrito a ela, o exterminismo é uma prática que também poderia estar acima relacionada. No entanto, uma espécie de versão individualizante da vontade exterminista, aponta para um sucedâneo do sujeito-predador: o indivíduo-agressor. Postula no domínio da agressividade, força componente do comportamento humano, a razão dos atos predatórios e destrutivos. É possível encontrarmos, principalmente reforçando as teses do discurso oficial, mas não apenas aí, argumentos como os de Machado, que advogam a importância da educação na modificação das atitudes "agressivas": "O objetivo da educação para conservação da natureza é basicamente de mudar a atitude das pessoas, de tal modo que resultem comportamentos de conservação e não de depredação".<sup>1</sup> Abordagens dessa natureza deslocam para a interioridade do indivíduo o conflito entre conservação e predação, como se o embate entre as forças da vida e da morte tivesse origem ao nível de uma decisão pessoal. É a dimensão política e histórica que fica alijada do centro desse acontecimento. Este movimento que toma a parte pelo todo - reduzindo, neste caso, o impulso exterminista a um comportamento individual -, contribui para que a questão ecológica possa, desta maneira, ser facilmente convertida numa questão educativa.

Contudo, nem só de reduções vivem os discursos ecológicos. Um outro movimento, desta vez de expansão, nos parece importante ressaltar. Diz respeito à mundialização das questões ecológicas. Tanto os discursos ecológico oficial quanto o alternativo, contém propostas planetárias para dar conta de seus projetos. Sem dúvida, vivemos a expansão planetária das relações capitalistas. O que Guattari denomina capitalismo mundial integrado, aponta justamente para esse estado de coisas.<sup>2</sup> Sherer-Warren também indica a internacionalização do modo de produção capitalista e dos modelos culturais correspondentes, como condição de possibilidade dos novos movimentos sociais.<sup>3</sup> O discurso ecológico alternativo portanto, já nasce num solo desterritorializado. Situações como a devastação das florestas, o nuclear, o rompimento da

(1) Machado, Ângelo. Conservação da natureza e educação. In: Congresso Nacional sobre Essências Nativas. Campos do Jordão, 12-18 set. 1982. Anais. São Paulo, Sociedade de Silvicultura de São Paulo, 1982. p.109.

(2) O autor utiliza o conceito de capitalismo mundial integrado (CMI), num sentido semelhante ao adjetivo capitalístico. Quer caracterizar sobre tudo, o caráter totalizante do capitalismo moderno. "O capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente poderiam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China), e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora de seu controle. Guattari, F. Revolução molecular. p. 211 .

(3) Cf. Sherer-Warren, I, op. cit. p. 35-39.

camada de ozônio, implicam conseqüências que não se restringem às repartições da geografia política do globo. Uma nova geografia, produto da desterritorialização e da contínua reterritorialização capitalística, se impõe às lutas de resistência. Sobre isso Guattari considera que "os projetos de transformação social serão condenados à impotência enquanto não se inserirem em uma estratégia subversiva em escala tão desterritorializada como a do CMI".<sup>4</sup>

Desta forma, tanto as estratégias oficiais quanto as alternativas circulam numa escala planetária. Como apontamos no capítulo 2, o discurso oficial corresponde a tentativa de integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista. Procura reverter uma situação limite, de crise, em mais uma oportunidade de recuperação, expansão e controle. Assim, a preocupação ecológica justifica a necessidade de um planejamento mundial dos recursos e da economia. E traz ainda a possibilidade de ampliar o controle a todo o fluxo de vida, como vimos no possível agenciamento entre ecologia e bio-poder.

O discurso alternativo também investe em soluções globais. Lutando pela preservação da vida, em toda a extensão do planeta, elege a sobrevivência e a autonomia como nortes, para reorganização de todo o modo de vida. Esses dois valores, por si só, atingem o jugo hierárquico e discriminatório em seu cerne. Isso fica claro quando pensamos, por exemplo, na divisão internacional do trabalho. Para administrar essa força de trabalho a nível mundial, é preciso fazer coexistir o superdesenvolvimento com zonas de miséria absoluta.<sup>5</sup>

Sobrevivência e autonomia em escala mundial, atingem necessariamente a rede disciplinar de exploração e captura dos corpos e das subjetividades, repatriados na grande fábrica internacionalizada do CMI.

Mais uma vez, podemos notar, em conformidade com Thompson, como o exterminismo é indissociável deste modelo de produção.<sup>6</sup> A vida é distribuída desigualmente, assim como a riqueza; tornou-se um bem alienável, acumulada por alguns em detrimento de grandes contingentes de excluídos. É contra essa administração planetária da vida que se insurgem os movimentos alternativos. No entanto, a questão para esses movimentos que operam na dissidência dos controles instituídos, permanece sendo o agenciamento das rupturas produzidas, e a sua articulação a nível dos micro poderes e os valores culturais, com um projeto político global. Para o movimento ecológico a questão que se coloca é como dar conta das singularidades de cada luta, dentro de uma perspectiva de solução planetária. E, por outro lado, como acionar eficientemente os dispositivos dessa luta pela sobrevivência do planeta com uma rede molecular de anti-sequestro, e anti-extermínio, que desarme ponto a ponto a captura e a modelização disciplinares. Estabelecer afinal uma correspondência, onde se potencializem mutuamente o local e o planetário, as singularidades e a rede molar. Reconhecer, na interdependência de todas as lutas o destino do planeta, e valorizar cada uma delas, parece ser o desafio de uma prática que se pretende verdadeiramente ecológica e alternativa.<sup>7</sup> Não poderíamos deixar de mencionar aqui o caso Chico Mendes, exemplo recente de uma luta que responde com sucesso a esse desafio. Exponente de uma militância que agenciou a política partidária e a ecologia, Chico Mendes representa a possibilidade de uma prática extremamente implicada com a vida dos seringueiros, que nunca deixou de considerar a mútua determinação entre as questões locais, o sistema político brasileiro, e a ordem internacional. A luta dos trabalhadores de

(4) Guattari, F. Revoluções moleculares. p. 218.

(5) Vide a questão da dívida externa, que medeia as relações de dominação entre o 1º e 3º mundo.

(6) Cf. Thompson, E. op. cit.

(7) O Green Peace, por exemplo, chega a formular essa questão, no seu lema estratégico: "pensar globalmente, agir localmente". Cf. Gabeira, F. Green Peace. p.64.

Xapuri pela preservação da floresta amazônica traz a singularidade do encontro entre o local e o global, a luta popular e a ecológica, o sindicalista, representante de classes, e o cidadão planetário.<sup>8</sup>

## 2 DISCURSO ECOLÓGICO ALTERNATIVO: A REVOLUÇÃO REVERENTE

No que tem de mais singular e disruptor, o discurso alternativo destaca-se como enunciador de um novo paradigma. Sobrevivência e autonomia são os eixos, em torno do qual propõe reorganizar todo o modo de vida da civilização industrial. Uma outra ética e uma nova relação com a vida vão sendo construídas pelos valores alternativos. Sobre a autonomia, Castoriadis formula muito propriamente, uma questão fundamental, onde interroga pelo desejo de ser senhor de si mesmo.<sup>9</sup> Esta formulação sinaliza, mais do que uma dúvida, a convocação do desejo libertário. Mas não sem o enfrentamento da radicalidade dessa escolha, que não é óbvia nem apaziguadora. O desejo libertário que percorre o projeto alternativo, indica uma possibilidade subjetiva, produzida nesse discurso. Poderíamos nomear essa posição como a do "sujeito-senhor de si mesmo". Dissidente do jugo e da morte, invariavelmente associadas ao CMI e à disciplina, esse sujeito encarnaria a condição libertária.

No entanto, esse não é o único traço evocado no projeto alternativo. Um outro movimento importante, ligado ao valor da sobrevivência, compõe a produção desta subjetividade. Neste discurso podemos verificar forte tendência a um descentramento do sujeito. O centro, do qual se afasta este sujeito, é aquele reservado ao homem moderno pela razão ocidental. Grande parte da crítica que o discurso ecológico alternativo faz a esta civilização, recai sobre a razão antropocêntrica. Em resposta ao antropocentrismo, o discurso alternativo sustenta a necessidade de uma ética não utilitarista. Propõe, por exemplo, que a relação com o meio ambiente, deixe de basear-se apenas na medida da necessidade humana. Assim toda vida deve ser preservada porque tem valor em si mesma. Não deve portanto, ser avaliada somente pelos benefícios, que direta ou indiretamente pode trazer ao, homem. Amplia-se, assim, o âmbito dos argumentos utilitaristas, que sempre foram os mais reconhecidos no debate ecológico. Quando o discurso alternativo lança mão dessa nova referência avança de uma posição tradicional, onde as partes divergentes negociam os custos e benefícios da preservação, para por em cheque a própria lógica capitalística. Ousa falar de um outro lugar, de onde inevitavelmente demove seu interlocutor. Não reconhece a estabilidade do sujeito antropocêntrico, nem a matemática da razão utilitarista. Sugere em resposta, o descentramento e o reconhecimento da vida como valor fundamental.

Não mais senhor de toda vida, o sujeito humano é posto em posição de reverência, entre as outras formas de vida. O centro passa a ser ocupado não mais pela inteligência humana, mas por uma ordem mais abrangente, que a contém e a ultrapassa. *Gaia*, a vida, o planeta, são apenas alguns nomes para esse novo protagonista da história, não apenas humana, mas planetária. Talvez a noção de um ecossistema ampliado colabore para a visualização deste grande *oikos*, fonte provedora de toda vida. O discurso ecológico alternativo faz ver esse novo sujeito. Limitado, com duração definida, porém em escala infinitamente maior que a humana, em cujas entranhas se entrelaçam inúmeras associações e formas de vida.

(8) Sobre essa experiência cf. Chico Mendes. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros (CSN), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), jan. 1988 (edição especial); Grzybowski, Cândido (org.). O testamento do homem da floresta; Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro, Federação de Órgãos para Assistência Social - (Fase), 1989.

(9) Cf. Castoriadis, C. op. cit. p. 29.

Capaz de suportar mutações, aparecimentos e extinções de espécies, segue seu curso, com relativa autonomia, em relação ao destino da espécie humana. Como prognostica Lutzenberger, *gaia* sobreviverá ao homem - a doença de *gaia*.<sup>10</sup>

Gostaríamos de assinalar a singularidade deste descentramento, e principalmente a associação deste traço reverente ao sujeito senhor de si mesmo. O que está surgindo nesta curiosa posição subjetiva emergente no discurso alternativo? No registro da autonomia e da submissão, da afirmação libertária, e da pequenez, duas rupturas: com a dominação disciplinar e a razão antropocêntrica. No cruzamento destes fluxos desejanter disruptores, um sujeito que, aos olhos lógicos da racionalidade moderna, parece no mínimo inusitado. Ser senhor de si mesmo e não se pertencer, combina um desejo voluntarioso de liberdade com um sentimento religioso de submissão.<sup>11</sup> Senhor de si, mas não senhor do mundo. Senhor de si e de sua insignificância perante a extensão da vida no planeta.

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer àqueles que, na condição de nossos interlocutores, são parte viva desse trabalho:

- Amigos do Instituto Florestal de São Paulo e Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com quem compartilhamos nossa prática, dúvidas e reflexões.
- Maria Lúcia do Eirado e Silva, que animou com sua confiança o percurso até a dissertação.
- Carlos Alberto Steil, pelo companheirismo, e a valiosa contribuição em todas as etapas desse trabalho.
- Amigos do IESAE, com quem aprendemos nesses anos de Mestrado.

(10) Cf. Lutzenberger, J. op. cit.

(11) É oportuno lembrar a etimologia da palavra submissão, e os novos sentidos que pode adquirir no contexto do projeto alternativo. Sub-mitere. Sub = sob + mitere = conduzir a. Submeter-se, portanto, seria reconhecer-se abaixo de, ocupar um lugar de reverência a algo que está acima, reconhecer uma outra ordem para além de si.

## BIBLIOGRAFIA

- ARDENGHY, R. F. 1987. A metodologia das ciências humanas em Michel Foucault. *Humanidades*, Brasília, (12), fev.-abr.
- BAHRO, R. 1985. Uma nova abordagem para o movimento pacifista na Alemanha. In: THOMPSON, E. (org.) *Exterminismo e guerra fria*. São Paulo, Brasiliense. p. 98-136.
- BRANDÃO, C. R. 1985. *Lutar com a palavra*. Rio de Janeiro, Graal, 2. ed.
- CAPRA, F. 1983. *O Tao da física*. São Paulo, Cultrix.
- \_\_\_\_\_. 1982. *O ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix.
- CARDOSO, R. 1983. Movimentos sociais e urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, M. H. T. & SORJ, B. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense. p. 215-239.
- CARRILHO, M. M. (org.). 1986. *Capitalismo e esquizofrenia; dossier anti-Édipo*. Lisboa, Assírio Alvim, Cadernos Peninsulares.
- CASTORIADIS, C. & COHN-BENDIT, D. 1981. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo, Brasiliense.
- CHICO MENDES. 1988. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros (CSN), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). (edição especial).
- CLUB DE ROME. 1974. *Quelles limites?* Paris, Éditions Du Sevil.
- \_\_\_\_\_. 1973. *Rapport de Tokyo*. Paris, Éditions Du Sevil.
- CUNHA, L. A. 1983. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 7. ed.
- DEBESSE-ARVISET, M. L. 1974. *A escola e a agressão do meio ambiente; uma revolução pedagógica*. São Paulo, Difel.
- DELEUZE, G. 1976. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro, Editora Rio.
- \_\_\_\_\_. & GUATTARI, F. 1976. *O anti-Édipo; capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro, Imago.
- DELEUZE, G. s/d. *Foucault*. Lisboa, Vega.
- DONZELOT, J. 1986. Uma anti-sociologia. In: CARRILHO, M. M. (org.) *Capitalismo e esquizofrenia; dossier anti-Édipo*. Lisboa, Assírio Alvim, Cadernos Peninsulares, ensaio 20. p. 153-184.
- DUPUY, J. P. 1980. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- DURHAM, E. R. 1984. Movimentos sociais e a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, (10): 24-30, out.
- ENZENSBERGER, H. M. 1983. *Para una crítica de la ecologia política*. Barcelona, Editorial Anagrama, Cuadernos Anagrama, (80).
- ESCOBAR, C. H. (org.). 1984. *Foucault, Michel - 1926-1984; o dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Taurus.
- EVERS, T. 1984. A face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 2 (4): 11-23, abr.
- FOUCAULT, M. 1987. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 3. ed.
- \_\_\_\_\_. 1985. *História da sexualidade; a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 7.ed.
- \_\_\_\_\_. 1985. *História da sexualidade; o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal, 7.ed.
- \_\_\_\_\_. 1985. *História da sexualidade; o cuidado de si*. Rio de Janeiro, Graal, 7.ed.
- \_\_\_\_\_. 1987. *Vigiar e punir; o nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. 1984. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 4.ed.
- \_\_\_\_\_. 1979. A verda de e as formas jurídicas. *Cadernos da PUC*, Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições, Série Letras e Artes, Caderno 16, 4.ed.
- FREUD, S. 1975. *A interpretação dos sonhos*. Edição Standard Brasileira, Obras Completas. Rio de

Janeiro, Imago.

- FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. 1976. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. In: *O conceito de Conservação* Belém, FBCN/SUDAM. p. 102-109.
- FURTOR, J. & ROSSILLON, R. 1986. O anti-Édipo: tentativa de exploração. In: CARRILHO, M. M. (org.). *Capitalismo e esquizofrenia; dossier anti-Édipo* Lisboa, Assírio Alvim, Cadernos Peninsulares, ensaio 20. p. 29-54.
- GABEIRA, F. 1985. *Vida alternativa; uma revolução do dia a dia*. Porto Alegre, L & M.
- \_\_\_\_\_. 1988. *Green peace; verde guerrilha da paz*. São Paulo, Clube do Livro, 2.ed.
- \_\_\_\_\_. et alii. 1986. *Partido Verde; propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro, Anima, Coleção Anima Verde, v.1.
- \_\_\_\_\_. & COHN-BENDIT, D. 1985. *Nós que amávamos tanto a revolução*. Rio de Janeiro, Rocco.
- GALTUNG, J. 1984. Los azules y los rojos, los verdes y los pardos; uma avaliação dos movimentos políticos alternativos. *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, (34), jul. - set.
- GARCIA-ROSA, L. A. 1984. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GRZYBOWSKI, C. 1988. Pedagogia das lutas no campo. In: *Conferência Brasileira de Educação*, IV, Goiânia, 2-5 set., 1986. Anais... São Paulo, Cortez, v.2. p. 941-952.
- \_\_\_\_\_. (org.) 1989. *O testamento do homem da floresta; Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).
- GUALDA, R. H. C. 1983. Considerações sobre a educação ambiental e o papel do Estado. *Revista do Serviço Público*, Brasília, 111 (4): 105-108, out. - dez.
- GUATTARI, F. 1985. *Revolução molecular; pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 2.ed.
- \_\_\_\_\_. 1986. As novas alianças; movimentos sociais e movimentos alternativos. *Desvios*, Rio de Janeiro, (5): 31-44, mar.
- \_\_\_\_\_. 1988. *O inconsciente maquínico; ensaios de esquizo-análise*. Campinas, Papirus.
- \_\_\_\_\_. & ROLNIK, S. 1986. *Micropolítica; cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 2.ed.
- HUBER, J. 1985. *Quem deve mudar todas as coisas; as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ILLICH, I. 1974. Contra a produção do bem-estar. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, (35): 87-92, jan.
- KREMER-MARIETTI, A. (org.). 1977. *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LAGO, P. F. 1986. *A consciência ecológica; a luta pelo futuro*. Florianópolis, UFSC.
- LANDIN, L. (org.). 1989. *Sem fins lucrativos; as organizações não governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Religião (ISER), Cadernos do ISER, n.20.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. B. 1985. *Dicionário de psicanálise*. São Paulo, Martins Fontes, 8.ed.
- LUTZENBERGER, J. 1984. Floresta amazônica; o apocalipse do gênese. In: *Pau Brasil*. São Paulo, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), v.1, jul.-ago. p. 12-22.
- \_\_\_\_\_. 1986. Gaia. In: LEWGOY, F. *Política e meio ambiente*. Porto Alegre, Mercado Aberto. p. 9-30.
- MACHADO, A. 1982. Conservação da natureza e educação. In: *Congresso Nacional sobre Essências Nativas*. Campos do Jordão, 12-18 set., 1982. Anais... Silvicultura em São Paulo, 16-A:109-118. Pt.1.
- MACHADO, R. 1984. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro, Rocco.
- \_\_\_\_\_. 1988. *Ciência e saber; a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 2.ed.
- MEADOWS, D. L. 1973. *Limites do crescimento; um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo, Perspectiva, Coleção Debates, n. 90.

- MILLER, J. A. 1987. La maquina *Panóptica* de Jeremy Bentham. In: \_\_\_\_\_. *Matemas*. Buenos Aires, Manantial, v.1. p. 24-57.
- MINC, C. 1985. *Como fazer movimento ecológica*. Petrópolis, Vozes, Coleção Fazer.
- NIETZSCHE, F. 1978. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: *Os Pensadores; obras incompletas*. São Paulo, Abril Cultural, 2.ed. p. 43-50.
- \_\_\_\_\_. 1978. Para além do bem e do mau; prelúdio de uma filosofia do porvir. In: *Os Pensadores; obras incompletas*. São Paulo, Abril Cultural, 2.ed. p.267-294.
- \_\_\_\_\_. 1983. *Genealogia da moral*. Lisboa, Guimarães & C<sup>a</sup> Editores, 4. ed.
- NUM, J. 1982. La rebelión del coro. *Leviatán*, Madrid, (10): 85-94, invierno.
- OLIVEIRA, R. D. 1981. Os movimentos sociais reinventam a educação. *educação e Sociedade*, São Paulo, (8): 33-73, jan.
- ONU. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1988. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas.
- \_\_\_\_\_. 1972. Resultados de la Conferência de las Naciones Unidas para el medio humano. Estocolmo, traducción del comunicado de prensa.
- ORLANDI, E. P. 1986. Análise de discurso; algumas observações. In: *Delta*, São Paulo, PUC.
- \_\_\_\_\_. 1987. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. Campinas, Pontes, 2.ed.
- PENSAMENTO ECOLÓGICO. 1982. São Paulo, Movimento Arte e Pensamento Ecológico, n.15, jul. - ago.
- POECHER, L.; FERRANT, P.; BLOT, B. 1977. *Pedagogia do meio ambiente*. Lisboa, Socicultur.
- REVISTA TEMPO BRASILEIRO. 1971. O homem e o discurso; a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Comunicação-3.
- ROUANET, P. S. 1971. *O homem e o discurso; a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- SILVA, L. A. M. & RIBEIRO, A. C. T. 1985. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? In: ANPOCS. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Cortez. p. 318-336.
- SOFFIATI NETO, A. 1986. Desenvolvimento e conservação da natureza: compatibilização ou confronto? *Boletim FBCN*, Rio de Janeiro, 19:5-28.
- TANNER, T. 1978. *Educação ambiental*. São Paulo, Summus/EDUSP.
- TEMPO BRASILEIRO. 1974. As instituições e os discursos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n.35.
- TEMPO E PRESENÇA. 1987. Ecologia; a luta pela vida. Rio de Janeiro, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), n. 218 - abr.
- TEMPO E PRESENÇA. 1988. Destruição do meio ambiente; o custo do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), n. 330, maio.
- THOMPSON, E. (org.). 1985. *Exterminismo e guerra fria*. São Paulo, Brasiliense.
- TOYNBEE, A. 1981. *O desafio de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Zahar, 3.ed.
- UNESCO. 1980. *La educación ambiental; las grandes orientaciones de la Conferência de Tbilisi*. Paris.
- \_\_\_\_\_. 1982. El estado del medio ambiente. Programa de las Naciones Unidas para el medio ambiente. Nairobi.
- UNESCO/CENTRE TRICONTINENTAL LOUVAIN-LA-NEUVE. 1989. Pesquisa sobre cultura e energia (em curso). Entrevista com Eduardo Viola, Rio de Janeiro, ago. (mimeo.)
- VIOLA, E. 1987. O movimento ecológico no Brasil; do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (org.) *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo e IUPERJ.
- VIRILIO, P. 1978. *Defense populaire et lutttes ecologiques*. Paris, Galiléé.
- \_\_\_\_\_. & LOTRINGUER, S. 1984. *Guerra pura; a militarização do cotidiano*. São Paulo, Brasiliense.



IMPRESSÃO  
**IMPrensa OFICIAL  
DO ESTADO S.A. IMESP**

Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291-3344  
Vendas, ramais: 257 e 325  
Telex: 011-34557 — DOSP  
Caixa Postal: 8231 — São Paulo  
C.G.C. (M.F.) N.º 48.066.047/0001-84



**GOVERNO DE SÃO PAULO**  
CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR





**GOVERNO DE SÃO PAULO**  
CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR